

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026.

ID CidadES/TCE/ES: 2026.500E0600013.01.0003

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional, doravante denominado SECTI, com sede na Av. Fernando Ferrari, 1080 – Mata da Praia – Vitória – ES, CEP: 29.066-380, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para Locação de espaço com infraestrutura de iluminação e sonorização para a realização da aula inaugural anual, e de 3 (três) formaturas das 1ª, 2ª e 3ª ofertas do Programa Qualificar ES, na Região Metropolitana em 2026, conforme processo E-Docs nº 2025-R9FJR, nos termos da Lei 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 5.352-R/2023, do Decreto Estadual 5.545-R/2023, do, e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

A licitação ocorrerá por meio do **Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIADES**, cujo endereço eletrônico é <https://portalsiades.es.gov.br/>.

1 - DO OBJETO E DISPOSIÇÕES ESSENCIAIS

1.1 - O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para o fornecimento de Locação de espaço com infraestrutura de iluminação e sonorização para a realização da aula inaugural anual, e de 3 (três) formaturas das 1ª, 2ª e 3ª ofertas do Programa Qualificar ES, na Região Metropolitana em 2026, conforme especificações do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

1.2 - A licitação será realizada em grupo único, formados por itens, conforme tabela constante do Anexo I deste Edital, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que compõem o grupo.

1.3 - O preço máximo admitido para a presente licitação é o que consta no Anexo I deste Edital.

1.4 - Data de Início do Acolhimento das Propostas: 02 de março de 2026 às 8hs

1.5 - Data do Fim do Acolhimento das Propostas: 11 de março de 2026; às 9hs.

1.6 - Data da Abertura das Propostas: 11 de março de 2026; às 10hs.

1.7 - Data da sessão pública: 11 de março de 2026; às 10hs.

1.8 - O modo de disputa será o aberto e fechado.

1.9 - Esta licitação será julgada sob o critério de menor preço por grupo de itens.

1.10 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento próprio da SECTI a cargo da conta da atividade e será atendida pela seguinte dotação:

Ação 10.32.1019.333.0051.2217 - Qualificação Do Cidadão Para O Mundo Do Trabalho

Elemento De Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica.

Fonte De Recurso: 1500

Plano Interno: Não Definido.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no **Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIADES** (<https://portalsiades.es.gov.br/>).

2.1.1 - Os interessados deverão atender às condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item anterior e mantê-lo atualizado junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

2.6 - Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.6.7 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato servidor público estadual, independentemente de qual seja o órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e arts. 221, XIX, da Lei Complementar Estadual nº 46/1994 e 35 da Constituição Estadual.

2.7 - O impedimento decorrente de sanção administrativa será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9 - O disposto nos itens acima não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1 - Na presente licitação, as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento ocorrem antes da fase de habilitação.

3.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.3.3 - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei 14.133/2021.

3.5 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparadas, ou sociedade cooperativa, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021.

3.5.1 - No item exclusivo para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual ou equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual ou equiparadas, a assinalação do campo “não” produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar 123/ 2006.

3.6 - A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021, e neste Edital.

3.7 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, até a abertura da sessão pública.

3.7.1 - Após a abertura da sessão pública, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro, sob pena de aplicação das penalidades legais.

3.8 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, considerando no máximo 02 (duas) casas decimais, inclusive na etapa de lances dos campos indicados.

4.1.1 - Os licitantes deverão preencher os campos referentes ao prazo de entrega e de validade da proposta, podendo inserir qualquer valor numérico, uma vez que não serão utilizados para julgamento da proposta, tendo em vista que o licitante arrematante do certame estará vinculado as condições e os prazos estipulados neste Edital e seus anexos.

4.1.2 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1 - O licitante arrematante deverá indicar a marca e modelo do produto oferecido na proposta inicial registrada no sistema, podendo modificá-los quando da apresentação da proposta final ajustada de que trata o item 8.1.

4.3 - O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.4 - O licitante deverá formular sua proposta, considerando as disposições do Decreto nº 4.251-R, de 21 de maio de 2018, que obriga aqueles que são contratados pela Administração Pública, a efetivar a contratação de mão-de-obra necessária à execução da obra ou serviço advinda do sistema penitenciário estadual, no percentual de 6% (seis por cento) da mão-de-obra total para a execução do objeto contratual, nos termos da Lei complementar nº 879/2017.

4.5 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.6 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.7 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á pelo Pregoeiro, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 - Todas as propostas apresentadas pelos participantes serão recebidas e registradas pelo sistema como classificadas para a disputa e encaminhadas para etapa de lances.

5.2.1 - Em nenhuma hipótese, o Pregoeiro poderá desclassificar da disputa uma proposta antes da fase de julgamento.

5.3 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.4.1 - Na hipótese de nenhuma proposta inicial ser ofertada, o sistema encerrará, automaticamente, a fase e irá registrar em ata e indicar que o item ou grupo de itens foi declarado deserto.

5.4.2 - Na hipótese de comparecer apenas um licitante na fase de lances, o sistema encerrará, automaticamente, a fase e iniciará a etapa de negociação.

5.5 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

5.9 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

5.10 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final crescente de classificação.

5.12 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3 - No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4 - Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 6.12.2, poderão os autores dos melhores lances subseqüentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5 - Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final crescente de classificação.

5.13 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço ou maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1 - Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas neste item, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final crescente de classificação.

5.14 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.16 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6 - DO ENCERRAMENTO DA FASE DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

6.1 - Encerrada a fase de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual ou equiparadas participantes em itens ou grupos de itens “não exclusivos”, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006.

6.1.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual ou equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.1.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a convocação automática para tanto.

6.1.3 - Se, por motivo justificado, não for possível informar a ocorrência do empate logo após a fase de lances, o Pregoeiro deverá informar aos licitantes, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a data e a hora em que irá declarar a ocorrência do empate e convocar a microempresas, empresas de pequeno porte e

microempreendedor individual ou equiparadas para exercer seu direito de preferência nos termos do subitem anterior.

6.1.4 - Caso a microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual ou equiparadas melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual ou equiparadas que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.1.5 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual ou equiparadas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.2 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.2.1 - Havendo eventual empate, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021.

6.2.2 - Esgotados os critérios de desempate previsto em lei, o desempate poderá ocorrer por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.3 - Em seguida, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante arrematante, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

6.3.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.3.2 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.4 - Na hipótese de o licitante arrematante permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

6.4.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o licitante arrematante, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.5 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 - DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 - Encerrada a negociação, o Pregoeiro solicitará ao licitante arrematante que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta final, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, juntamente com os Dados Complementares, observando os modelos anexos a este Edital.

7.2 - Ato contínuo, o Pregoeiro verificará se o licitante arrematante atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.2.1 - SICAF;

7.2.2 - Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES;

7.2.3 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.2.4 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.3 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.4 - Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Pregoeiro reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.

7.5 - Verificadas as condições de participação, o Pregoeiro examinará a proposta vencedora quanto à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, a sua exequibilidade e à adequação ao objeto em relação a este Edital e em seus anexos, observando o disposto nas normas cabíveis.

7.6 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1 - contiver vícios insanáveis;

7.6.2 - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3 - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5 - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7 - O licitante arrematante deverá apresentar em sua proposta econômica, sob pena de desclassificação, a declaração de que ela compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis

trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8 - Após a verificação das condições dos itens antecedentes, o licitante arrematante será declarado classificado, caso tenha atendido a todas as exigências do Edital e seus Anexos, e o Pregoeiro iniciará, a fase de habilitação.

7.9 - Se a proposta vencedora for desclassificada, o Pregoeiro retornará a etapa de negociação e, em seguida, examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do Edital e seus anexos.

7.9.1 - Se todos os licitantes forem desclassificados e/ou inabilitados, o Pregoeiro irá declarar fracassado o item ou grupo de itens correspondente.

7.9.2 - A declaração do fracasso deverá observar os procedimentos descritos no tópico referente a fase de recurso.

8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 - Encerrada a fase de julgamento, o Pregoeiro solicitará os documentos previstos no **Anexo II deste Edital** para fins de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021.

8.1.1 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e no CRC/ES.

8.2 - Em se tratando de consórcio, os documentos de habilitação deverão ser apresentados em relação a cada empresa consorciada, observando o item sobre participação em consórcio.

8.3 - Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados, em formato digital, por meio do sistema, e no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da solicitação do Pregoeiro no sistema.

8.4 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei 14.133/2021).

8.5 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6 - A habilitação será verificada por meio do SICAF e do CRC/ES, nos documentos por eles abrangidos.

8.6.1 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando

houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.7 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e no CRC/ES e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.7.1 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.8 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e no CRC/ES serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no mesmo prazo de envio dos documentos de habilitação.

8.9 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

8.10 - Após a verificação das condições dos itens antecedentes, da apreciação e análise documental, o licitante classificado será declarado habilitado, caso tenha atendido a todas as exigências do Edital e seus Anexos, e, em seguida, o Pregoeiro irá declará-lo licitante vencedor.

8.11 - Se o licitante classificado for inabilitado, o Pregoeiro retornará a etapa de negociação e, em seguida, examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do Edital e seus anexos.

8.11.1 - Se todos os licitantes forem desclassificados e/ou inabilitados, o Pregoeiro irá declarar fracassado o item ou grupo de itens correspondente.

8.12 - A declaração do licitante vencedor e o fracasso do item ou grupo de itens deverão observar os procedimentos descritos no tópico referente a fase de recurso.

9 - DOS RECURSOS

9.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

9.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata referente a declaração de vencedor da licitação ou do fracasso do item ou grupo de itens.

9.3 - Quando se tratar de decisão sobre o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de licitantes, em que se declarar o vencedor da licitação ou o fracasso um item ou grupo de itens, o Pregoeiro comunicará aos licitantes, por meio do sistema, e com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, acerca da declaração de vencedor ou do fracasso do item ou grupo de itens, bem como da abertura do prazo para manifestação imediata, conforme estabelecem os subitens seguintes:

9.3.1 - A declaração do licitante vencedor ocorrerá na fase de habilitação e o fracasso do item ou grupo de itens na fase de julgamento ou habilitação, conforme o caso, momento em que o sistema tramitará, automaticamente, para a fase de recurso.

9.3.2 - a intenção de recorrer deverá ser manifestada uma única vez e imediatamente na fase de recurso, sob pena de preclusão;

9.3.3 - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

9.3.4 - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata referente a declaração de vencedor da licitação ou do fracasso do item ou grupo de itens, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.4 - Os recursos e as contrarrazões deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis a contar do término do prazo de apresentação das razões recursais, ficando, desde logo, intimados, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema de processo eletrônico E-Docs, no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>).

9.11 - Na hipótese de nenhum licitante manifestar intenção de recorrer, o sistema encerrará, automaticamente, e o Pregoeiro encaminhará para fase de adjudicação e homologação.

10 - DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1 - Inexistindo recursos ou decididos aqueles apresentados e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto.

10.2 - Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou receber o instrumento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

10.2.1 - Considerando a adoção do processo eletrônico E-Docs, a assinatura será realizada mediante usuário e senha (assinatura eletrônica) no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>) ou através de certificado digital, conforme acordado entre as partes.

10.2.2 - Não poderão ser utilizadas formas diferentes de assinatura em um mesmo documento.

10.2.3 - No caso de assinatura eletrônica, as partes deverão providenciar uma conta verificada no Acesso Cidadão, conforme instruções contidas no endereço: <https://compras.es.gov.br/conta-verificada>.

10.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei 14.133/2021, quando solicitado pelo licitante adjudicatário durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

10.4 - Caso adotado o Sistema de Registro de Preços, observar-se-á o procedimento de convocação e assinatura previsto no tópico específico, bem assim o disposto nos itens antecedentes quando da realização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

10.5 - Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

10.6 - Se a proposta não for mais aceitável, ou se o licitante adjudicatário não mais atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o Pregoeiro observará o disposto no art. 90 e seguintes da Lei 14.133/2021.

11 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 - Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o licitante ou adjudicatário que, com dolo ou culpa:

11.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

11.1.2 - salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

11.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3 - não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5 - fraudar a licitação;

11.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013;

11.2 - Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 337-F a 337-M do Código Penal e no art. 5º da Lei 12.846/2013, bem como a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

11.3 - O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

11.3.1 - multa de 0,5% até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;

11.3.2 - impedimento de licitar e contratar; e

11.3.3 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal e regulamentar, o disposto no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência quanto ao procedimento e outras condições.

11.6 - As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência.

12 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da legislação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados pelo **Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIADES** (<https://portalsiades.es.gov.br/>) ou protocolizados no órgão realizador do certame, de 9 às 18 horas, ou enviadas para o e-mail cpl3@secti.es.gov.br. Somente serão aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo impugnante.

12.3 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.3.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.4 - Caso o Pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a Autoridade Competente, a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do Pregoeiro.

12.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12.6 - Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

12.7 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por publicação em campo próprio do sistema e juntamente com o Edital e seus Anexos, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando os interessados obrigados a acessar o endereço para a obtenção das informações prestadas.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no **Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIADES** (<https://portalsiades.es.gov.br/>).

13.11 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Requisitos de Habilitação

Anexo III - Modelos do Edital

Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato

Vitória - ES, 27 de fevereiro de 2026.

Fernanda Gomes de Aguiar

Agente de Contratação

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

13.12 - DO OBJETO

1.1. Serviços de locação de espaço com infraestrutura de iluminação e sonorização para a realização da aula inaugural anual, e de 3 (três) formaturas das 1ª, 2ª e 3ª ofertas do Programa Qualificar ES, na Região Metropolitana, em 2026, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

ITENS	DESCRIÇÃO ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT	VALOR UNIT. MÁXIMO POR ITEM	VALOR TOTAL POR ITEM
01	Locação de espaço com infraestrutura de iluminação e sonorização para a realização da aula inaugural anual, e de 3 (três) formaturas das 1ª, 2ª e 3ª ofertas do Programa Qualificar ES, na Região Metropolitana em 2026	UN	04	R\$ 106.250,00	R\$ 425.000,00
TOTAL					R\$ 425.000,00

O Programa Qualificar foi criado em 2019 e instituído pela Lei 11.308 de 17 de junho de 2021, sendo considerado um dos programas estratégicos do Governo, oferecendo cursos de qualificação profissional de forma presencial à sociedade em três ofertadas a cada ano.

Ao término dos cursos, é realizada uma cerimônia de formatura para entrega de certificados e kits empreendedores, além de ser um momento de prestação de contas aos cidadãos capixabas e ao governo do Estado sobre os recursos investidos na qualificação profissional.

Essa cerimônia de formatura dos concluintes é especificamente para a Região Metropolitana, composta pelos seguintes municípios: Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, e é realizada uma cerimônia única para os concluintes de cada oferta, justificando a necessidade da presente contratação.

Além das cerimônias de formatura, será realizada a aula inaugural anual para acolher os alunos, integrar a comunidade escolar e fornecer informações essenciais (grade, calendário, avaliações) que orientam o início dos estudos. Ela reduz a ansiedade,

umenta o engajamento e cria um ambiente seguro, permitindo o conhecimento prévio dos professores e regras.

Os seguintes itens serão agrupados:

13.12.1 - Grupo 1: Itens 1, 2, 3, 4, 5,6,7,8,9,10.

A justificativa para o agrupamento de itens consiste na necessidade de manter padronização e a qualidade integral do serviço, de modo a formar um conjunto unitário e eficiente, que garanta o binômio custo-qualidade.

1.2. características mínimas:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade por cerimônia	Quantidade total
01	Locação de espaço principal e anexo	Serviço	01	04
02	Fornecimento de água mineral	Galão 20 litros	40 galões	160 galões
03	Fornecimento de café coado	Garrafa de 1L	10	40
04	Locação de kit de Sonorização/iluminação	Diária	01	04
05	Locação de sistema de painel de LED	Diária	05	20
06	Locação de estrutura de alumínio Q30	Diária	01	04
07	Ambulância com socorristas	Diária	01	04
08	Brigadistas (Portaria nº 573-R/201 e Norma Técnica 10/200)	Diária	04	16
09	Grupo gerador 180kVA standby Palco de Energia	Diária	01	04
10	Grupo gerador 350kVA standby Ar-Condicionado	Diária	01	04

1.3 - Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme artigo 6º, XIII da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, o qual esclarece que bens e serviços comuns são:

“...aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

1.4 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 5.352-R/2023.

1.5 - O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6 - O prazo de vigência da contratação terá início no dia posterior ao da publicação do respectivo instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas – PCNP, e terá duração até 31 de dezembro de 2026.

1.7 - O Decreto Federal nº 7.689/2012 condicionou, para o Poder Executivo Federal, o qual usaremos por analogia a escolha de uma localização específica ao critério de atendimento ao público, consoante o disposto no seguinte dispositivo:

Art. 3º- In Omissis.

(...) § 2º Para a aquisição ou locação de imóvel devem ser consideradas todas as opções disponíveis no mercado, vedada restrição a qualquer bairro ou região, salvo quando houver atendimento ao público, caso em que poderá ser privilegiada a localização do imóvel em razão da facilidade de acesso do público alvo.

1.8. Assim, os fundamentos expostos neste Termo sobre a preferência por localização, seguem as melhores práticas e legislação acerca da matéria, ao privilegiar a localização do imóvel em razão da facilidade de acesso ao público, considerando que o evento será aberto ao público em geral.

1.9. Caso haja divergência entre as descrições e especificações e deste Estudo Técnico Preliminar, prevalecem essas últimas.

14 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Esta contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (SECTI) para o ano de 2026, conforme aba “Plano de Contratações Anual - Exercício 2026” no portal eletrônico: <https://secti.es.gov.br/planoanual-de-contratacoes>.

15 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1.A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

16 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos indispensáveis para a presente contratação, visam atender a necessidade da Administração de Locação de espaço com infraestrutura de iluminação e sonorização para a realização da aula inaugural anual, e de 3 (três) formaturas das 1ª, 2ª e 3ª ofertas do Programa Qualificar ES, na Região Metropolitana em 2026, garantindo eficiência e alinhamento com os princípios de sustentabilidade.

4.2 A metragem do espaço em relação ao número de alunos e acessibilidade deve seguir o que preconiza a Resolução nº 3777/2014, conforme estabelece o item 4.2 do ETP.

Da Sustentabilidade

4.3. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.3.1. Considerando a natureza do objeto a ser contratado, verifica-se a ausência de impactos ambientais relevantes ou significativos associados à execução contratual. Trata-se de produtos de baixo potencial poluidor e de mínima interferência sobre recursos naturais, entretanto nos termos do art. 5º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, é dever da Administração Pública promover o desenvolvimento sustentável nas contratações.

4.3.2. Por essa razão, exige-se que a licitante observe integralmente os critérios e diretrizes ambientais vigentes, incluindo aqueles previstos na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), na Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009), bem como nas orientações estabelecidas pelo Decreto nº 7.746/2012, no que forem compatíveis.

4.3.3. Ainda que o impacto ambiental seja mínimo, a conformidade com a legislação ambiental vigente e com os princípios da sustentabilidade deve ser assegurada como condição essencial à regularidade da contratação, como exemplo no caso em tela:

- Eficiência energética: Otimização da iluminação natural e uso, preferencialmente, de lâmpadas de LED.
- Prevenção de contaminações: Investir em medidas preventivas, como inspeções regulares e manutenção adequada de equipamentos elétricos e hidráulicos, para evitar vazamentos hidráulicos e outras formas de contaminação ambiental
- Ruídos: Isolamento acústico das áreas mais ruidosas e uso de equipamentos menos ruidosos, para minimizar a poluição sonora devido à movimentação de pessoas e uso de equipamentos.
- Impacto visual: Planejamento adequado da instalação de antenas, placas e outros elementos para minimizar seu impacto visual, com uso de design arquitetônico harmonioso, buscando diminuir a alteração da paisagem urbana devido à instalação desses elementos.

Da Subcontratação

4.4. É admitida a subcontratação do objeto.

Da Garantia de Execução

4.5. Não será exigida garantia contratual, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando que a contratação e locação de espaço, não se tratando de objeto contínuo, com utilização de mão-de-obra, nem demandando garantia para o cumprimento das obrigações, uma vez que não há responsabilidades futuras

decorrentes da contratação. A execução ocorrerá dentro do período estabelecido neste Termo de Referência, o que assegura previsibilidade e reduz incertezas quanto ao cumprimento contratual, minimizando o tempo de exposição a eventuais riscos.

4.6. Ademais, a análise de riscos não identificou fatores que justifiquem a imposição de garantias, sendo que, diante da natureza singular do objeto, da inviabilidade de competição, do histórico de cumprimento contratual satisfatório pela Contratada e do baixo potencial de riscos significativos, considera-se devidamente fundamentada a dispensa da exigência de garantia contratual.

4.7. Aplicam-se, no que couber, as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

17 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: O prazo de vigência da contratação terá início no dia posterior ao da publicação do respectivo instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas – PCNP e terá duração até 31 de dezembro de 2026.

5.2. A CONTRATADA deverá entregar o espaço em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina;

5.3 A CONTRATADA deverá adaptar e/ou permitir a adaptação do layout do espaço às necessidades do evento, a fim de proporcionar o funcionamento adequado dos serviços.

5.4 A CONTRATADA deverá garantir durante o tempo da locação o uso pacífico do espaço, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, bem como em relação às condições exigidas quando da presente contratação.

5.5 A CONTRATADA deverá responder pelos vícios ou defeitos anteriores a locação;

5.6 A CONTRATADA deverá pagar todos os impostos, especialmente o IPTU e taxas incidentes sobre o imóvel que antecedam a contratação;

5.7 A CONTRATADA deverá informar ao Locatário quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive a apresentação da documentação correspondente.

Local e horário da prestação dos serviços

5.8. Os serviços serão prestados no endereço a ser definido após a realização da contratação.

5.9. Os serviços serão prestados nos horários conforme tabela abaixo:

Cronograma de realização dos serviços

Possíveis datas das cerimônias de formatura:	Aula Inaugural: 23/03/2026 Formatura 1: 20/05/2026 Formatura 2: 16/09/2026 Formatura 3: 16/12/2026 A definição da agenda ocorrerá com o prazo máximo de até 15 dias corridos das datas previstas para cada cerimônia, em reunião realizada entre contratante e contratada.
Local:	Vitória/ES
Horário:	17h30 às 20h30
Duração do evento:	03 horas
Quantidade estimada de pessoas:	2.400 (duas mil e quatrocentas pessoas) pessoas com anexo para entrega de kits para 1.000 (mil) pessoas, em cada cerimônia de formatura.
Outras informações:	Obrigação de ter 04 (quatro) brigadistas e ambulância à disposição no local em atendimento à Portaria nº 573-R, de 30 de agosto de 2021 e à Norma Técnica 10/2010 aprovada pela Portaria nº 200-R, de 20 de abril de 2010.

5.10. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: conforme tabela abaixo.

5.10.1. Rotinas a serem cumpridas

a) Do espaço com área para agenda:

- O espaço deverá estar localizado na cidade de Vitória, para facilitar a locomoção e os deslocamentos dos participantes da agenda, em função da localização central estratégica, tendo em vista que os cursos foram ofertados nos municípios de Serra, Vitória, Vila Velha, Cariacica e Viana.
- O espaço onde ocorrerá os eventos deverá ser em área coberta, comportando confortavelmente 2.400 (dois mil e quatrocentos) participantes sentados.
- Deverá possuir outras dependências como salão de apoio, devidamente climatizado, para guarda e distribuição dos kits para 1.000 (um mil) pessoas, durante as solenidades de formatura.
- Deverá ter uma área externa como hall de acesso com mais de 300m², sendo necessário para a acessibilidade e que possa dar vazão ao número de pessoas antes, durante e após o evento.
- Deverá ter estacionamento para até 500 (quinhentos) carros no raio de até 50 m de distância.

- Após a realização das cerimônias, a contratante deverá retirar somente os itens de decoração que serão reaproveitados. A retirada dos demais itens será de responsabilidade da Contratada.
- O espaço com área para a Agenda Institucional deve possuir acessibilidade às pessoas com necessidades especiais com rampas, inclusive com banheiros acessíveis, garantindo a participação de todos integralmente e não possuir colunas no meio do salão, para fins de evitar acidentes.
- Dentro do espaço e nos arredores, deve-se ter brigadistas e ambulância com funcionários treinados para primeiros socorros à disposição no local em atendimento à Portaria nº 573-R, de 30 de agosto de 2021 e à Norma Técnica nº 10/2010 aprovada pela Portaria nº 200-R, de 20 de abril de 2010.

b) Da locação de kit sonorização para público até 2.400 pessoas:

Sistema de sonorização composto por no mínimo: P.A LINE ARRAY 2x10 + drive com capacidade para atendimento até 2.400 pessoas composto de 04 caixas por lado LINE ARRAY e 02 sub por lado 2x18; 04 caixas modelo BASE L1 ou similar para funcionamento como delay; 01 console digital 32 canais; 04 monitores de áudio modelo CLAIRBROTHER; 01 amplificador de baixo GK800; 05 microfones SM58; 05 microfones sem fio SHURE ou SENNHEISER; 04 microfones SHOTGUN SENNHEISER Mke-600; 05 pedestais de microfones; 02 processadores de áudio Dolby ou DBX; 01 notebook; 01 sistema MAINPOWER para regulação de energia; cabeamento necessário para ligação e funcionamento de todo o sistema; 01 técnico de áudio e 01 ROADE ALL.

- I) A Contratada deverá estar preparada para executar o hino nacional e música ambiente;
- II) A Contratada deverá disponibilizar profissionais capacitados para operar e manusear todo o sistema de sonorização;
- III) O sistema de sonorização deverá estar preparado para integrar-se aos demais sistemas contidos neste Estudo Técnico Preliminar, conforme a necessidade do Evento;
- IV) É de responsabilidade da contratada fornecer juntamente com este item, todos os cabos, pilhas, acessórios necessários para o perfeito funcionamento do equipamento em conjunto com o sistema de sonorização.

c) Da locação de kit iluminação de palco:

O kit de iluminação deverá ser compatível para iluminação de fundo de palco em painel de LED, de modo a não prejudicar as imagens fotográficas. Para isso, o kit deve conter:

Duas torres em Q25 com acabamento em tecido com 02 (dois) MINIBRUTE LED para luz de frente para o público. Três varas Q30 de 12 metros (distribuída para que possa compor a iluminação do palco para luz cênica, principalmente frontal), tendo 5 refletores par led de 5.600k em cada vara. 12 refletores (do tipo holofote retangular, coby) de 100w de 6.500k que atenda necessidades (de fixação) internas e externas de iluminação. 08 refletores MOVIE LIGHT BEAM (WASH) com lâmpada 7R, suporte, cabeamento e mesa controladora DMX 512 – PILOT 2000. Será admitida soluções similares para iluminação de palco que atenda as características deste objeto devendo ser aprovado previamente pela SECTI.

I.É de responsabilidade da Contratada fornecer juntamente com este item todos os cabos, pilhas e acessórios necessários para o perfeito funcionamento do equipamento em conjunto com o sistema de iluminação;

II. A Contratada deverá disponibilizar profissionais capacitados para operar e manusear todo o sistema de iluminação;

III. O sistema de iluminação deverá estar preparado para integrar-se aos demais sistemas contidos neste Termo de Referência, conforme a necessidade do Evento.

d) Da locação de sistema de painel de LED e transmissões de vídeo

Sistema de painel de LED composto por: 01 painel de LED PH4 com medidas de 8x4 metros no fundo do palco principal, e 02 painéis de LED PH4 com medidas de 3x2,5 metros (localizada nas laterais do palco) e 02 painéis com medidas de 2x2 metros (localizados nas laterais do meio do salão) capazes de intercalar sinal de 04 câmeras de vídeo que tenham 3 CMOS, preferencialmente Panasonic, mínimo Full HD de iguais especificações técnica; sendo pelo menos uma móvel, com steadicam, e todas operadas por profissionais de experiência comprovada em transmissão de eventos, 01 monitor retorno de vídeo de 50 polegadas; 02 processadores de vídeo; cabeamento necessário para ligação e funcionamento de todo o sistema; 02 sistemas MAINPOWER para regulação de energia; 01 técnico de iluminação; 01 ROADE ALL.

I. A Contratada deverá disponibilizar profissionais capacitados para operar e manusear todo o sistema de iluminação e de vídeo;

II. É de responsabilidade da Contratada fornecer juntamente com este item todos os cabos, pilhas, acessórios necessários para o perfeito funcionamento do equipamento em conjunto com o sistema de sonorização;

III. O sistema de painel LED deverá estar preparado para integra-se aos sistemas contidos neste Termo de Referência, conforme a necessidade do Evento.

e) Da locação de estrutura de alumínio Q30:

Deverá ter 150m linear de estrutura de alumínio Q30 para formatação de projeto de fixação de banners, painel de led, iluminação cênica; 04 toalhas de elevação; 08 cintas de elevação; 04 profissionais habilitados para montagem de estruturas e trabalho em altura.

I.A Contratada deverá disponibilizar profissionais capacitados para montagem de estruturas e trabalho em altura com utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de acordo com as normas regulamentadoras;

II. Junto com a estrutura de alumínio, deverá ser fornecida uma panóplia com 03 (três) bandeiras: a Bandeira do Brasil, a do Estado do Espírito Santo e a do Município de Vitória, onde ocorrerá o evento.

f) Da utilização de energia elétrica:

A empresa identificará os pontos de energia a serem utilizados no evento.

Caso não sejam disponíveis ou suficientes, a contratada deverá disponibilizar gerador de energia compatível ao funcionamento dos equipamentos a serem utilizados;

A empresa contratada disponibilizará sistema para coleta de energia elétrica, formado por cabos (blindados), chaves de segurança, fusíveis e conectores, entre outros equipamentos e materiais necessários;

O sistema deverá ter capacidade para alimentar os equipamentos com total segurança, sem risco de acidentes;

A ligação será de responsabilidade da empresa vencedora da licitação.

g) Da desmontagem do equipamento

O serviço será considerado executado após a desmontagem dos equipamentos, que deverá ser feita pela contratada.

Qualquer prejuízo causado em decorrência da desmontagem dos equipamentos será de responsabilidade da contratada;

Os custos inerentes à desmontagem e montagem da estrutura ocorrerão exclusivamente por parte da contratada.

h) Habilitação Técnica

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Comprovação de que a licitante presta ou prestou, serviço de natureza semelhante ao indicado no Anexo I do edital.

A comprovação será feita por meio de apresentação de atestado(s), devidamente assinado(s), carimbado(s) e, preferencialmente, em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço, compatível com o objeto desta licitação, devidamente registrado na entidade profissional competente (CRA).

I. No caso de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.

II. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras e/ou que possuam sócios em comum com a proponente.

III. Certificado de Registro e Quitação da empresa junto ao Conselho Regional de Administração (CRA), expedida pelo Conselho da região da sede da licitante, com indicação dos respectivos responsáveis técnicos devidamente habilitados para o desempenho dos serviços ora licitados, na categoria Administrador.

IV. Comprovação de capacitação técnica dos profissionais indicados na certidão referida na alínea "b" que deverá ser feita através de Atestado(s) de Capacitação Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Acervo Técnico - CAT(s) emitido(s) pelo CRA, que comprove(m) possuir, o(s) referido(s) profissional(is), experiência comprovada no desempenho em atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.

V. A comprovação do vínculo do profissional técnico referido na alínea "c" deverá ser feita, em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da

apresentação do contrato social e no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou da Ficha de Registro de Empregado (FRE) ou Contrato de Prestação de Serviço.

VI. Registro da empresa na CADASTUR de acordo com a Lei Federal nº 11.771/2008 e suas atualizações. VII. ATESTADO compatível com o público estimado do evento

Materiais a serem disponibilizados

5.13. Serão necessários materiais devido às características do objeto, conforme abaixo:

- O espaço deverá possuir infraestrutura como cadeiras, púlpito, panóplia e palco.
- O palco deverá ter espaço para apresentações culturais de até 30 (trinta) pessoas e ter a capacidade para até 150 (cento e cinquenta) pessoas estarem juntas presencialmente neste palco.
- O Salão deverá possuir, em todas as suas dependências, sistema de climatização do ambiente – aparelhos de ar-condicionado – em perfeito funcionamento e que deverão estar ligados desde às 8h, quando inicia o momento da montagem de equipamentos, decoração do local e outras providências anteriores à realização do evento.
- Fornecimento de café para os servidores, desde às 8h da manhã, que trabalharão na solenidade e água mineral natural e gelada, para todos os participantes da agenda.
- A limpeza do local deverá ser feita pela Contratada antes, durante e após o evento.
- A contratada deverá disponibilizar 20 mesas com as seguintes medidas aproximadas: 2,70m comprimento x 0,27m largura x 0,74m altura x 0,90m profundidade, que serão utilizadas no salão anexo para entrega dos kits e no espaço destinado a fotografias dos formandos.
- Após a realização das cerimônias, a contratante deverá retirar somente os itens de decoração que serão reaproveitados. A retirada dos demais itens será de responsabilidade da Contratada.
- O espaço com área para a Agenda Institucional deve possuir acessibilidade às pessoas com necessidades especiais com rampas, inclusive com banheiros acessíveis, garantindo a participação de todos integralmente e não possuir colunas no meio do salão, para fins de evitar acidentes.
- Dentro do espaço e nos arredores, deve-se ter brigadistas e ambulância com funcionários treinados para primeiros socorros à disposição no local em atendimento à Portaria nº 573-R, de 30 de agosto de 2021 e à Norma Técnica nº 10/2010 aprovada pela Portaria nº 200-R, de 20 de abril de 2010.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.14. A demanda do órgão tem como base as seguintes características: O espaço onde ocorrerá os eventos deverá ser em área coberta, comportando confortavelmente 2.400 (dois mil e quatrocentos) participantes sentados.

5.15. Deverá possuir outras dependências como salão de apoio, devidamente climatizado, para guarda e distribuição dos kits para 1.000 (um mil) pessoas, durante as solenidades de formatura.

5.16. Deverá ter uma área externa como hall de acesso com mais de 300m², sendo necessário para a acessibilidade e que possa dar vazão ao número de pessoas antes, durante e após o evento.

5.17. Deverá ter estacionamento para até 500 (quinhentos) carros no raio de até 50 m de distância.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.15. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6- MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) e fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Estadual nº 5.545-R/2021 e demais condições previstas para a contratação.

Compete ao Locador

6.6. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do espaço locado.

6.7. Responder pelos vícios e defeitos anteriores à locação.

6.8. Fornecer à Locatária recibo discriminando as importâncias, vedada a quitação genérica.

6.9. Pagar as taxas de administração imobiliária, e de intermediações, se existirem.

6.10. Pagar os impostos e taxas, e ainda o prêmio de seguro contra fogo, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel.

Compete LOCATÁRIA

6.12. Pagar pontualmente o aluguel, conforme estabelecido no contrato.

6.13. Utilizar o imóvel para atendimento de finalidade estabelecida nesse termo de referência.

6.14. Levar imediatamente ao conhecimento do locador o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais perturbações de terceiros.

6.15. Realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel ou nas suas instalações provocados por si ou seus agentes.

6.16. Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais de sua responsabilidade, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida a ela, LOCATÁRIA.

6.17. Pagar as despesas relativas ao consumo de energia elétrica, gás, água e esgoto e ao serviço de telefonia ou outros meios de comunicação.

6.18. Permitir a vistoria do imóvel pelo locador ou por seu mandatário, mediante combinação prévia, de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado por terceiros, na hipótese de alienação do mesmo em quando não possuir interesse no exercício de seu direito de preferência de aquisição.

6.19. Pagar as despesas ordinárias de condomínio, entendidas como tais aquelas necessárias à conservação e manutenção do imóvel, notadamente as enumeradas no §1º do artigo 23 da Lei nº 8.245/91.

6.20. Permitir a realização de reparos urgentes pelo LOCADOR, com direito a abatimento do valor do aluguel na hipótese de os reparos durarem mais de 10 (dez) dias e a rescindir o contrato caso seja ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias.
Compete LOCATÁRIA

6.12. Pagar pontualmente o aluguel, conforme estabelecido no contrato.

6.13. Utilizar o imóvel para atendimento de finalidade estabelecida nesse termo de referência.

6.14. Levar imediatamente ao conhecimento do locador o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais perturbações de terceiros.

6.15. Realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel ou nas suas instalações provocados por si ou seus agentes.

6.16. Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais de sua responsabilidade, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida a ela, LOCATÁRIA.

6.17. Pagar as despesas relativas ao consumo de energia elétrica, gás, água e esgoto e ao serviço de telefonia ou outros meios de comunicação.

6.18. Permitir a vistoria do imóvel pelo locador ou por seu mandatário, mediante combinação prévia, de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado por terceiros, na hipótese de alienação do mesmo em quando não possuir interesse no exercício de seu direito de preferência de aquisição.

6.19. Pagar as despesas ordinárias de condomínio, entendidas como tais aquelas necessárias à conservação e manutenção do imóvel, notadamente as enumeradas no §1º do artigo 23 da Lei nº 8.245/91.

6.20. Permitir a realização de reparos urgentes pelo LOCADOR, com direito a abatimento do valor do aluguel na hipótese de os reparos durarem mais de 10 (dez) dias e a rescindir o contrato caso seja ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias.

7.CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do Recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal ou comissão designada, consignando em relatório informações sobre a simples conferência da conformidade do que foi contratado, em especial do quantitativo, marca e modelo e demais informações constantes na nota fiscal.

7.2. os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação por escrito da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.1. caso haja irregularidades que impeçam o recebimento provisório, o fiscal, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções.

7.2.2. Após o recebimento provisório, o fiscal deverá manifestar-se sobre o cumprimento das exigências de caráter técnico da conformidade do material recebido com as exigências contratuais, visando subsidiar o gestor do contrato no recebimento definitivo, no prazo de 10 (dez) dias.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da manifestação do fiscal prevista no item 7.2.2, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.3.1. caso haja irregularidades que impeçam o recebimento definitivo, o gestor, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.4.O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6.O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7.O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8.O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos em que a fiscalização consiga emitir sumariamente o termo de recebimento definitivo pela simplicidade ou quantidade recebida do objeto.

Nota Fiscal

7.9. Para fins de exame da Nota Fiscal, o fiscal deverá verificar, se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.9.1. o prazo de validade;
- 7.9.2. a data da emissão;
- 7.9.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.9.5. o valor a pagar; e
- 7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.12. O Contratado deverá apresentar nota fiscal/fatura que registre o valor dos bens/serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual 5.460-R/2023), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela Administração contratante.

Do Prazo de Pagamento

7.13.O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, nos termos do art. 31 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023.

7.14. ao enviar a solicitação de pagamento, o gestor do contrato deve especificar a data de vencimento da obrigação.

7.15. Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

7.16. Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

7.17. A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

7.18. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

Da Forma de Pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22. independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade **pregão eletrônico**, na sua forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço** e modo de disputa **aberto e fechado**.

8.2. Fica reservada a presente contratação, ao que dispõe o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece o **tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte**, determinando que, nas contratações públicas, seja assegurada, sempre que possível, a preferência por esse segmento empresarial, de forma a promover o desenvolvimento econômico e social local e regional.

8.3. Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133-2021, informa-se que **não será admitida participação de pessoa jurídica em consórcio**, tendo em vista que o objeto não envolve alta complexidade técnica ou econômica ou relevante vulto, bem como a permissão poderia restringir a competição e a contratação, que é comumente executada por empresas de forma isolada.

Da Forma de Fornecimento

8.02. O fornecimento do objeto será entregue em 04 (quatro) vezes, por se tratar de 04 (quatro) cerimônias distintas. Em cada uma, todos os itens contidos no quadro do subitem 1.2 e do item 5 deste Termo de Referência deverão ser fornecidos.

Das Exigências de Habilitação

JUSTIFICATIVA DOS REQUISITOS DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.04. para fins de habilitação, nos termos dos ARTS. 67 a 70 da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deve exigir dos contratadas requisitos de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, limitados ao necessário para assegurar que a contratação será executada com a devida capacidade operacional e financeira, garantindo o interesse público e a execução adequada do objeto contratual.

8.05. Referente à habilitação econômico-financeira, será exigido o Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e a Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, em virtude do valor da contratação e a importância da comprovação de que a CONTRATADA possui condições de subsidiar a execução do evento.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.3. O valor total estimado a ser efetivamente pago pela locação pretendida será de **R\$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais)** conforme custos unitários apostos na tabela acima deste Termo.

Item	Descrição	Unid.	Quantidade por cerimônia	Quantidade Total das 04 cerimônias	Preço total R\$
01	Locação de espaço principal e anexo	Serviço	01	04	262.000,00
02	Fornecimento de água mineral	Galão 20 litros	40 galões	160 galões	5.600,00

03	Fornecimento de café coado	Garrafa de 1L	10	40	2.400,00
04	Locação de kit sonorização/iluminação	Diária	01	04	64.000,00
05	Locação de sistema de painel de LED	Diária	05	20	53.600,00
06	Locação de estrutura de alumínio Q30	Diária	01	04	12.000,00
07	Ambulância com socorristas	Diária	01	04	7.200,00
08	Brigadistas (Portaria nº 573-R/201 e Norma Técnica 10/200)	Diária	04	16	6.400,00
09	Grupo gerador 180kVA standby Palco de Energia	Diária	01	04	14.400,00
10	Grupo gerador 350kVA standby Ar Condicionado	Diária	01	04	14.400,00
PREÇO TOTAL					R\$ 442.000,00

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Ação 10.32.1019.333.0051.2217 - QUALIFICAÇÃO DO CIDADÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

Fonte de recurso: 1500

Plano Interno: Não definido.

10.3 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

11.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021);
- d) Multas (art. 156, II, e § 3º, da Lei 14.133/2021), observados os seguintes parâmetros:
 - Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - Multa compensatória de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor do contrato, para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1;
 - Multa compensatória de 15% (vinte por cento) incidente sobre o valor do contrato, para as infrações descritas nas alíneas "b" a "h" do subitem 11.1.

11.3 - O atraso superior a 5 (cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção unilateral do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular, convertendo a multa moratória em multa compensatória (art. 162, parágrafo único, da Lei 14.133/2021).

11.4 - Em caso de reincidência, o valor total das multas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

11.5 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei 14.133/2021).

11.6 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

11.7 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021):

- (a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- (b) as peculiaridades do caso concreto;
- (c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- (d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- (e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021).

11.9 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

11.9.1 - Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a Administração deverá notificar o contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

11.9.2 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

11.9.3 - O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade de advertência será de 05 (cinco) dias úteis e de 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, e serão contados na forma do art. 183 da Lei 14.133/2021;

11.9.4 - O contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

11.9.5 - Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a Administração proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso, que deverá ser exercido nos termos da Lei 14.133/2021;

11.10 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei 14.133/2021).

11.11 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei 14.133/2021).

11.12 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei 14.133/2021).

11.13 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei 14.133/2021.

11.14 - Os débitos relativos a multas moratória e compensatória e as indenizações cabíveis poderão ser descontados dos valores devidos pela Administração ao contratado e, se insuficientes, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou ser objeto de cobrança judicial (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

11.14.1 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Estado do Espírito Santo.

11.15 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

11.16 - A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

Vitória – ES, na data da assinatura eletrônica

Equipe de Planejamento da Contratação

Angela Cristine Patrocínio

Membro (SECTI – Equipe Planejamento da Contratação)

Gilson Luiz Camiletti Bellon

Membro (SECTI – Equipe Planejamento da Contratação)

Philippe José Nogueira Cardoso

Membro (SECTI – Equipe Planejamento da Contratação)

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

IDENTIFICAÇÃO			
Un. Gestora:	Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional – SECTI		
Un. Adm. Envolvidas:	Gerência de Educação Profissional - GEP		
Responsáveis:	Carla Geovana Fonseca da Silva de Castro e Laryssa Quintanilha Ferreira França		
Data de Elab./ Atual.	28/01/2026	Versão:	1

1. Descrição da Necessidade da Contratação

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo a contratação de empresa com infraestrutura de iluminação e sonorização para a realização da **aula inaugural anual** e de **3 (três) formaturas**, das **1ª, 2ª e 3ª** ofertas do **Programa Qualificar ES na Região Metropolitana**, em 2026.

O Programa Qualificar foi criado em 2019 e instituído pela Lei 11.308 de 17 de junho de 2021, sendo considerado um dos programas estratégicos do Governo, oferecendo cursos de qualificação profissional de forma presencial à sociedade em três ofertadas a cada ano.

Ao término dos cursos, é realizada uma cerimônia de formatura para entrega de certificados e kits empreendedores, além de ser um momento de prestação de contas aos cidadãos capixabas e ao governo do Estado sobre os recursos investidos na qualificação profissional.

Essa cerimônia de formatura dos concluintes é especificamente para a **Região Metropolitana**, composta pelos seguintes municípios: **Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória**, e é realizada uma cerimônia única para os concluintes de cada oferta, justificando a necessidade da presente contratação.

Considerando que há um intervalo de tempo entre as cerimônias, que varia de 03 a 04 meses, decidiu-se por realizar uma única contratação, abrangendo as quatro cerimônias.

A contratação é necessária devido à falta de um espaço adequado para abrigar o público de até 2.400 (duas mil e quatrocentos) pessoas envolvidas em cada cerimônia de formatura, uma vez que a SECTI e outros órgão estaduais não possuem infraestrutura suficiente para tal finalidade.

Informamos que o Programa Qualificar ES oferta vagas a toda população capixaba, nos 78 (setenta e oito) municípios do estado do Espírito Santo, por meio de editais e de parcerias, nesse caso, com vagas por meio de demanda induzida.

Fazendo uma união das ofertas ao total, somente na região Metropolitana, que abrange a Grande Vitória, presume-se que serão **aproximadamente 1.800 (um mil e oitocentos) formandos** em cada solenidade. Além disso, muitos deles levam familiares para celebrarem juntos. Outras pessoas também comparecem ao evento, como servidores estaduais, autoridades, colaboradores dos locais parceiros, entre outros.

Nesse cenário, estarão presentes: formandos, familiares, professores, equipes de apoio, autoridades, participantes das atrações culturais, dentre outros, o que justifica a capacidade de espaço.

A seguir, informamos alguns dos cursos em oferta para nortear a abrangência do Programa Qualificar ES:

Município de Cariacica: Agente Comunitário de Saúde, Agente de Combate a Endemias, Assistente Administrativo, Assistente de Logística, Assistente de Logística Portuária, Cuidador de Idosos, Cuidador Infantil, Gestão Financeira para Médias e Pequenas Empresas, Porteiro, Segurança do Trabalho, dentre outros.

Município de Viana: Agente Comunitário de Saúde, Assistente de Logística, Atendente de Estabelecimento de Saúde, Balconista de Farmácia, Barbearia, Informática Avançada, Informática Básica, Segurança do Trabalho, dentre outros.

Município de Vila Velha: Agente Comunitário de Saúde, Assistente Administrativo, Assistente de Logística Portuária, Auxiliar de Cozinha, Auxiliar de Recursos Humanos e Departamento Pessoal, Balconista de Farmácia, Bolos e Suas Variações, Comida de Boteco, Costura Infantil, Cuidador de Idosos, Design de Sobrancelhas e Cuidados com a Pele, Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, Informática Básica, Informática e Redes Sociais, Inglês Básico, Maquiagem, Massas Italianas, Moda Pet, Porteiro, Tortas e Massas, Word e Excel, dentre outros.

Município de Vitória: Agente Comunitário de Saúde, Agente de Combate a Endemias, Assistente Administrativo, Assistente de Contabilidade, Assistente de Logística, Assistente de Logística Portuária, Assistente de Secretaria Escolar, Auxiliar de Recursos Humanos e Departamento Pessoal, Balconista Designer, Biscoitos Caseiros, Bolos Artísticos, Bolos e Suas Variações, Comida de Boteco, Cuidador de Idosos, Decorador de Festas, Design de Sobrancelhas e Cuidados com a Pele, Doces para Festa, Excel Básico, Informática Básica, Informática e Redes Sociais, Maquiagem, Operador de Supermercados, Porteiro, Preparação de Buffet, Preparação de Salgados, Segurança do Trabalho, Word e Excel, dentre outros.

Destacamos que além do espaço para realização da solenidade, há necessidade de um **espaço para entrega do kit empreendedor**, que cada formando dos cursos do eixo gastronomia, beleza, costura e decoração de festas tem direito.

Ao final da solenidade, de posse do certificado, cada formando recebe seu kit, que contribuirá em seu primeiro negócio após formado. Portanto, há necessidade de um espaço anexo para guarda desses kits e distribuição ao final.

Outro espaço necessário é para que os formandos possam registrar o momento por meio de fotografias, vídeos e outras formas de registro. Esse espaço deve ser ao redor dos salões onde os formandos ficarão.

2. Demonstração da Previsão da Contratação no Plano de Contratações Anual

Foi solicitada a inclusão/alteração de um valor no Plano de Contratação Anual (PCA) do exercício de 2026 da SECTI. (documento E-DOCS 2026-N6D2N7) disponível em: <https://secti.es.gov.br/plano-anual-de-contratacoes>

3. Requisitos da Contratação

Esta contratação tem caráter de continuidade, uma vez que serão feitas 04 (quatro) contratações, sendo uma para cada solenidade de formatura e uma para a aula inaugural. Destaca-se que todas as obrigações aqui detalhadas devem ser atendidas nos 04 (quatro) eventos.

A **vigência do contrato será até 31/12/2026**, considerando o encerramento da última solenidade de formatura.

Características Gerais da Agenda:

Possíveis datas das cerimônias de formatura:	<p>Aula Inaugural: 23/03/2026</p> <p>Formatura 1: 20/05/2026</p> <p>Formatura 2: 16/09/2026</p> <p>Formatura 3: 16/12/2026</p> <p>A definição da agenda ocorrerá com o prazo máximo de até 15 dias corridos das datas previstas para cada cerimônia, em reunião realizada entre contratante e contratada.</p>
Local:	Vitória/ES
Horário:	17h30 às 20h30
Duração do evento:	03 horas
Quantidade estimada de pessoas:	2.400 (duas mil e quatrocentas pessoas) pessoas com anexo para entrega de kits para 1.000 (mil) pessoas, em cada cerimônia de formatura.
Outras informações:	Obrigação de ter 04 (quatro) brigadistas e ambulância à disposição no local em atendimento à Portaria nº 573-R, de 30 de agosto de 2021 e à Norma Técnica 10/2010 aprovada pela Portaria nº 200-R, de 20 de abril de 2010.

a) Do espaço com área para agenda:

O espaço deverá estar localizado na cidade de Vitória, para facilitar a locomoção e os deslocamentos dos participantes da agenda, em função da localização central estratégica, tendo em vista que os cursos foram ofertados nos municípios de Serra, Vitória, Vila Velha, Cariacica e Viana.

O espaço onde ocorrerá os eventos deverá ser em área coberta, comportando confortavelmente 2.400 (dois mil e quatrocentos) participantes sentados.

Deverá possuir outras dependências como salão de apoio, devidamente climatizado, para guarda e distribuição dos kits para 1.000 (um mil) pessoas, durante as solenidades de formatura.

Deverá ter uma área externa como hall de acesso com mais de 300m², sendo necessário para a acessibilidade e que possa dar vazão ao número de pessoas antes, durante e após o evento.

Deverá ter estacionamento para até 500 (quinhentos) carros no raio de até 50 m de distância.

O espaço deverá possuir infraestrutura como cadeiras, púlpito, panóplia e palco.

O palco deverá ter espaço para apresentações culturais de até 30 (trinta) pessoas e ter a capacidade para até 150 (cento e cinquenta) pessoas estarem juntas presencialmente neste palco.

O Salão deverá possuir, em todas as suas dependências, sistema de climatização do ambiente – aparelhos de ar-condicionado – em perfeito funcionamento e que **deverão estar ligados desde às 8h, quando inicia o momento da montagem de equipamentos, decoração do local e outras providências anteriores à realização do evento.**

Fornecimento de café para os servidores, desde às 8h da manhã, que trabalharão na solenidade e água mineral natural e gelada, para todos os participantes da agenda.

A limpeza do local deverá ser feita pela Contratada antes, durante e após o evento.

A contratada deverá disponibilizar 20 mesas com as seguintes medidas aproximadas: 2,70m comprimento x 0,27m largura x 0,74m altura x 0,90m profundidade, que serão utilizadas no salão anexo para entrega dos kits e no espaço destinado a fotografias dos formandos.

Após a realização das cerimônias, a contratante deverá retirar somente os itens de decoração que serão reaproveitados. A retirada dos demais itens será de responsabilidade da Contratada.

O espaço com área para a Agenda Institucional deve possuir acessibilidade às pessoas com necessidades especiais com rampas, inclusive com banheiros acessíveis, garantindo a participação de todos integralmente e não possuir colunas no meio do salão, para fins de evitar acidentes.

Dentro do espaço e nos arredores, deve-se ter brigadistas e ambulância com funcionários treinados para primeiros socorros à disposição no local em atendimento à Portaria nº 573-R, de 30 de agosto de 2021 e à Norma Técnica nº 10/2010 aprovada pela Portaria nº 200-R, de 20 de abril de 2010.

b) Da locação de kit sonorização para público até 2.400 pessoas:

Sistema de sonorização composto por no mínimo: P.A LINE ARRAY 2x10 + drive com capacidade para atendimento até 2.400 pessoas composto de 04 caixas por lado LINE ARRAY e 02 sub por lado 2x18; 04 caixas modelo BASE L1 ou similar para funcionamento como delay; 01 console digital 32 canais; 04 monitores de áudio modelo CLAIRBROTHER; 01 amplificador de baixo GK800; 05 microfones SM58; 05 microfones sem fio SHURE ou SENNHEISER; 04 microfones SHOTGUN SENNHEISER Mke-600; 05 pedestais de microfones; 02 processadores de áudio Dolby ou DBX; 01 notebook; 01 sistema MAINPOWER para regulação de energia; cabeamento necessário para ligação e funcionamento de todo o sistema; 01 técnico de áudio e 01 ROADE ALL.

- I) A Contratada deverá estar preparada para executar o hino nacional e música ambiente;
- II) A Contratada deverá disponibilizar profissionais capacitados para operar e manusear todo o sistema de sonorização;
- III) O sistema de sonorização deverá estar preparado para integrar-se aos demais sistemas contidos neste Estudo Técnico Preliminar, conforme a necessidade do Evento;
- IV) É de responsabilidade da contratada fornecer juntamente com este item, todos os cabos, pilhas, acessórios necessários para o perfeito funcionamento do equipamento em conjunto com o sistema de sonorização.

c) Da locação de kit iluminação de palco:

O kit de iluminação deverá ser compatível para iluminação de fundo de palco em painel de LED, de modo a não prejudicar as imagens fotográficas. Para isso, o kit deve conter:

Duas torres em Q25 com acabamento em tecido com 02 (dois) MINIBRUTE LED para luz de frente para o público. Três varas Q30 de 12 metros (distribuída para que possa compor a iluminação do palco para luz cênica, principalmente frontal), tendo 5 refletores par led de 5.600k em cada vara. 12 refletores (do tipo holofote retangular, coby) de 100w de 6.500k que atenda necessidades (de fixação) internas e externas de iluminação. 08 refletores MOVIE LIGHT BEAM (WASH) com lâmpada 7R, suporte, cabeamento e mesa controladora DMX 512 – PILOT 2000. Será admitida soluções similares para iluminação de palco que atenda as características deste objeto devendo ser aprovado previamente pela SECTI.

- I. É de responsabilidade da Contratada fornecer juntamente com este item todos os cabos, pilhas e acessórios necessários para o perfeito funcionamento do equipamento em conjunto com o sistema de iluminação;
- II. A Contratada deverá disponibilizar profissionais capacitados para operar e manusear todo o sistema de iluminação;
- III. O sistema de iluminação deverá estar preparado para integrar-se aos demais sistemas contidos neste Termo de Referência, conforme a necessidade do Evento.

d) Da locação de sistema de painel de LED e transmissões de vídeo:

Sistema de painel de LED composto por: 01 painel de LED PH4 com medidas de 8x4 metros no fundo do palco principal, e 02 painéis de LED PH4 com medidas de 3x2,5 metros (localizada nas laterais do palco) e 02 painéis com medidas de 2x2 metros (localizados nas laterais do meio do salão) capazes de intercalar sinal de 04 câmeras de vídeo que tenham 3 CMOS, preferencialmente Panasonic, mínimo Full HD de iguais especificações técnica; sendo pelo menos uma móvel, com steadicam, e todas operadas por profissionais de experiência comprovada em transmissão de eventos, 01 monitor retorno de vídeo de 50 polegadas; 02 processadores de vídeo; cabeamento necessário para ligação e funcionamento de todo o sistema; 02 sistemas MAINPOWER para regulação de energia; 01 técnico de iluminação; 01 ROADE ALL.

- I. A Contratada deverá disponibilizar profissionais capacitados para operar e manusear todo o sistema de iluminação e de vídeo;
- II. É de responsabilidade da Contratada fornecer juntamente com este item todos os cabos, pilhas, acessórios necessários para o perfeito funcionamento do equipamento em conjunto com o sistema de sonorização;
- III. O sistema de painel LED deverá estar preparado para integra-se aos sistemas contidos neste Termo de Referência, conforme a necessidade do Evento.

e) Da locação de estrutura de alumínio Q30:

Deverá ter 150m linear de estrutura de alumínio Q30 para formatação de projeto de fixação de banners, painel de led, iluminação cênica; 04 toalhas de elevação; 08 cintas de elevação; 04 profissionais habilitados para montagem de estruturas e trabalho em altura.

- I. A Contratada deverá disponibilizar profissionais capacitados para montagem de estruturas e trabalho em altura com utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de acordo com as normas regulamentadoras;

- II. Junto com a estrutura de alumínio, deverá ser fornecida uma panóplia com 03 (três) bandeiras: a Bandeira do Brasil, a do Estado do Espírito Santo e a do Município de Vitória, onde ocorrerá o evento.

f) Da utilização de energia elétrica:

A empresa identificará os pontos de energia a serem utilizados no evento.

Caso não sejam disponíveis ou suficientes, a contratada deverá disponibilizar gerador de energia compatível ao funcionamento dos equipamentos a serem utilizados;

A empresa contratada disponibilizará sistema para coleta de energia elétrica, formado por cabos (blindados), chaves de segurança, fusíveis e conectores, entre outros equipamentos e materiais necessários;

O sistema deverá ter capacidade para alimentar os equipamentos com total segurança, sem risco de acidentes;

A ligação será de responsabilidade da empresa vencedora da licitação.

g) Da desmontagem do equipamento

O serviço será considerado executado após a desmontagem dos equipamentos, que deverá ser feita pela contratada.

Qualquer prejuízo causado em decorrência da desmontagem dos equipamentos será de responsabilidade da contratada;

Os custos inerentes à desmontagem e montagem da estrutura ocorrerão exclusivamente por parte da contratada.

h) Habilitação Técnica

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA: Comprovação de que a licitante presta ou prestou, serviço de natureza semelhante ao indicado no **Anexo I do edital**. A comprovação será feita por meio de apresentação de atestado(s), devidamente assinado(s), carimbado(s) e, preferencialmente, em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço, compatível com o objeto desta licitação, **devidamente registrado na entidade profissional competente (CRA)**.

- I. No caso de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.
- II. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras e/ou que possuam sócios em comum com a proponente.
- III. **Certificado de Registro e Quitação da empresa junto ao Conselho Regional de Administração (CRA)**, expedida pelo Conselho da região da sede da licitante, com indicação dos respectivos responsáveis técnicos devidamente habilitados para o desempenho dos serviços ora licitados, na categoria Administrador.

- IV. Comprovação de capacitação técnica dos profissionais indicados na certidão referida na alínea “b”** que deverá ser feita através de Atestado(s) de Capacitação Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Acervo Técnico - CAT(s) emitido(s) pelo CRA, que comprove(m) possuir, o(s) referido(s) profissional(ais), experiência comprovada no desempenho em atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.
- V.** A comprovação do vínculo do profissional técnico referido na alínea “c” deverá ser feita, em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do contrato social e no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou da Ficha de Registro de Empregado (FRE) ou Contrato de Prestação de Serviço.
- VI. Registro da empresa na CADASTUR** de acordo com a Lei Federal nº 11.771/2008 e suas atualizações.
- VII. ATESTADO** compatível com o público estimado do evento.

4. Estimativas das Quantidades para a Contratação

Por se tratar de solenidade que já ocorreu anteriormente, entendemos que a quantidade aqui descrita atende à necessidade da SECTI para a realização das formaturas e aula inaugural. Desse modo, a contratação será a seguinte, em forma de **lote único**:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade por cerimônia	Quantidade total
01	Locação de espaço principal e anexo	Serviço	01	04
02	Fornecimento de água mineral	Galão 20 litros	40 galões	160 galões
03	Fornecimento de café coado	Garrafa de 1L	10	40
04	Locação de kit sonorização/iluminação	Diária	01	04
05	Locação de sistema de painel de LED	Diária	05	20
06	Locação de estrutura de alumínio Q30	Diária	01	04

07	Ambulância com socorristas	Diária	01	04
08	Brigadistas (Portaria nº 573-R/201 e Norma Técnica 10/200)	Diária	04	16
09	Grupo gerador 180kVA standby Palco de Energia	Diária	01	04
10	Grupo gerador 350kVA standby Ar-Condicionado	Diária	01	04

5. Levantamento de Mercado

Nas solenidades do ano de 2024, a pretensa contratação foi feita por dispensa de licitação, com os serviços similares ao que está sendo proposto nesta contratação. Em 2025, optou-se pela realização do processo licitatório em forma de pregão eletrônico.

A contratação única para locação do local e demais serviços torna-se mais vantajosa para a administração, considerando que a empresa contratada para esse serviço será responsável por todos os atos da formatura, diminuindo-se o número de pregões eletrônicos, contratos celebrados e outros procedimentos.

Quanto aos espaços disponíveis no mercado, destacamos a capacidade máxima de pessoas em cada um deles:

- Vitória Grand Hall – até 550 pessoas
- Espaço Vitória – até 300 pessoas
- Centro de Convenções de Vitória - até 2.200 pessoas
- Centro de Convenções de Vila Velha – até 1.800 pessoas
- Steffen Cerimonial (Serra) – até 3.000 pessoas

Considerando que foi solicitado orçamentos para outros locais, no entanto apenas dois responderam a solicitação.

6. Estimativa do Valor da Contratação

Levando-se em consideração a média dos orçamentos obtidos, o valor total da contratação será de **R\$ 433.500,00 (quatrocentos e trinta e três mil e quinhentos reais)**, conforme discriminado a seguir:

Item	Descrição	Unid.	Qtd por cerimônia	Qtd total das 04	Preço total R\$	Preço total R\$ Centro de
------	-----------	-------	-------------------	------------------	-----------------	---------------------------

				cerimônias	Patrick Ribeiro	Eventos Vitória
01	Locação de espaço principal e anexo	Serviço	01	04	262.000,00	Enviou apenas o valor integral
02	Fornecimento de água mineral	Galão 20 litros	40 galões	160 galões	5.600,00	Enviou apenas o valor integral
03	Fornecimento de café coado	Garrafa de 1L	10	40	2.400,00	Enviou apenas o valor integral
04	Locação de kit sonorização/iluminação	Diária	01	04	64.000,00	Enviou apenas o valor integral
05	Locação de sistema de painel de LED	Diária	05	20	53.600,00	Enviou apenas o valor integral
06	Locação de estrutura de alumínio Q30	Diária	01	04	12.000,00	Enviou apenas o valor integral
07	Ambulância com socorristas	Diária	01	04	7.200,00	Enviou apenas o valor integral
08	Brigadistas (Portaria nº 573-R/201 e Norma Técnica 10/200)	Diária	04	16	6.400,00	Enviou apenas o valor integral
09	Grupo gerador 180kVA standby Palco de Energia	Diária	01	04	14.400,00	Enviou apenas o valor integral

10	Grupo gerador 350kVA standby Ar- Condicionado	Diária	01	04	14.400,00	Enviou apenas o valor integral
VALOR TOTAL					442.000,00	425.000,00

Uma questão vantajosa para a administração pública é a **contratação das 04 (três) solenidades** em única contratação, fazendo com que não haja majoração de orçamento entre elas. Em anos anteriores, fazendo um processo licitatório para cada solenidade, os preços adquiridos foram maiores em cada uma.

Quanto ao pagamento de todas as despesas pelo erário estadual, vimos informar que o Programa Qualificar ES foi criado em 2019 e instituído pela Lei nº 11.308/2021, sendo considerado um dos programas estratégicos do governo, oferecendo cursos de qualificação profissional de forma presencial à população capixaba, como informado no item 1 do Estudo Técnico Preliminar.

Por ser um programa estadual, todas as despesas inerentes ao Programa são de responsabilidade do Estado.

7. Descrição da Solução

Entendemos que o governo do Estado não possui um local que tenha a infraestrutura adequada para a realização das solenidades e que há limitação do mercado em relação aos locais para a realização da formatura, no município de Vitória.

Nesse sentido, informamos que a solução é a realização de processo licitatório.

8. Justificativas para o Parcelamento ou não da Contratação

Há diversos fatores que impossibilitam e tornam-se desvantagem em licitar em lotes as cerimônias de aula inaugural e formatura dos municípios da Grande Vitória. São eles:

- O grande número de formandos;
- Necessidade de espaço para a entrega de kits;
- A diversidade de cursos ofertados;
- Necessidade de um número maior de servidores e equipe de apoio para serem feitas formaturas em diversos locais;
- Princípio da economicidade, não havendo necessidade de locação de vários locais, serviços de iluminação, sonorização e transmissão.

O Programa Qualificar ES tem uma dinâmica peculiar. Ao longo do ano, presencialmente, são realizadas 03 (três) ofertas. Em todas as três, são publicados editais para a população em geral, especificamente para mulheres, e demandas por meio de cooperação, tais como SETUR. Há ainda as ofertas de forma induzida, tais como, AMAES, APAE, que não participam de processo seletivo por meio de edital, mas que estudam na mesma época que os demais alunos.

As ofertas são direcionadas a todos os 78 (setenta e oito) municípios do Espírito Santo. No entanto, em cada oferta, devido ao número de professores contratados, servidores e equipe administrativa, recursos

financeiros, são privilegiados 40 (quarenta) municípios, havendo o rodízio nas três ofertas, para que, ao longo do ano, o estado seja contemplado em sua totalidade.

Desses 40 municípios, são repetidos aqueles pertencentes ao Programa Estado Presente (e todos da Grande Vitória pertencem), aqueles em que as vagas ofertadas pelos processos seletivos não foram suficientes para a demanda do município e o restante em forma de rodízio para atendimento.

O Programa Qualificar ES não para. Enquanto está sendo preparada uma formatura, já está em período de inscrição para a próxima oferta, necessitando também um rodízio da equipe entre realização de formatura no interior, mutirão de inscrições e trabalhos internos para finalizar uma oferta e iniciar outra.

Como exemplo, podemos citar que as aulas da primeira oferta iniciarão em 03/03/2026 e finalizarão em 14/05/2026 e as inscrições da segunda oferta iniciarão em 12/05/2025, ou seja, antes mesmo de finalizar as aulas da 1ª oferta.

Outro ponto a ser ressaltado é que as formaturas são realizadas somente para as turmas presenciais. Mas o Programa Qualificar ES também oferta nesse ínterim cursos online e semipresenciais, tendo a mesma necessidade de divulgação, trabalho de equipe e organização. Esses editais são ofertados durante o período de aulas presenciais, fazendo com que todos os meses haja oferta do Programa Qualificar ES à população capixaba.

Entendemos que as melhores condições de contratação são em um único local para a realização do evento, como já afirmado neste documento.

Por fim, entendemos que a contratação de todas as formaturas em um único espaço e em um mesmo processo gerará economia em escala aos cofres públicos, pelos motivos já elencados.

9. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos

A contratação das 04 (quatro) solenidades de forma única traz economicidade para a administração pública, uma vez que, por se tratar de evento continuado, diminui o número de processos, contratos celebrados, procedimentos, pagamentos com publicações no Diário de Imprensa Oficial do Espírito Santo e jornais de grande circulação, além do tempo trabalhado por servidores.

Outra questão a ser levantada é o tempo entre uma solenidade e outra que é de aproximadamente 03 (três) meses. Caso a contratação fosse separada, o mesmo rito seria feito nesse mesmo período.

A contratação feita a cada formatura separadamente foi feita por 02 (dois) anos. Já em 2025, foi feita uma contratação para 03 (três) solenidades. Essas experiências anteriores nos forneceram subsídios para a escolha da contratação única para todo o ano de 2026.

10. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do Contrato

Para essa contratação, será necessária a análise da modalidade de contratação devido à especificidade do espaço e infraestruturas necessários.

Por fim, informa-se que o evento terá a presença do Governador do Estado ou representante por ele designado. Nesse caso, a agenda poderá sofrer modificações. Destaca-se que a data dos eventos ocorrerá, provavelmente, em uma quarta-feira.

O pagamento da garantia será dispensado, considerando as experiências anteriores de contratação do local, do know-how do estabelecimento e as diversas reuniões de alinhamento que acontecerão após a contratação, visando ao cumprimento do objeto.

Para a realização do evento de acordo com o solicitado, deve conter no contrato:

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- I. Efetuar visita técnica ao local após adjudicação do objeto, onde acontecerá o evento visando a verificação e o atendimento das especificações previstas neste termo;
- II. Atestar as faturas comprovando a realização dos fornecimentos;
- III. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com a forma e prazos estabelecidos na Portaria Conjunta 049-R;
- IV. Durante a vigência da contratação, o objeto deste termo será acompanhado e fiscalizado pela Gerência de Educação Profissional – GEP, a qual assumirá a função de Fiscal do Contrato;
- V. A contratante anotará todas as ocorrências relacionadas à prestação de serviço, determinando o que for necessário à sua regularização e procedendo à juntada de documentos relevantes para comprovação dos fatos;
- VI. A contratante emitirá Ordem de Compra/Fornecimento, ou qualquer outro documento equivalente, com todas as informações necessárias, por intermédio do representante;
- VII. A contratante prestará as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- I. Disponibilizar à contratante um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefones, e-mail ou outra forma de comunicação, além do nome do responsável para dirimir quaisquer dúvidas que possam ocorrer durante a execução do contrato;
- II. Responsabilizar-se por quaisquer tributos, custos, frete e despesas diretos ou indiretos que forem omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título, devendo os serviços respectivos serem fornecidos à SECTI sem ônus adicionais;
- III. Orientar, coordenar, acompanhar e dar ordens aos funcionários alocados, visando sanar qualquer imprevisto, inclusive, corrigindo situações adversas;
- IV. Responde, integralmente por perdas e danos que vier a causar a SECTI ou a terceiros em razão de ação ou omissão, culposa ou dolosa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações legais ou contratuais a que estiver sujeito;
- V. Emitir Nota Fiscal após a prestação do serviço e encaminhá-la ao setor de compras, juntamente com as devidas certidões negativas de débitos atualizadas e não vencidas;
- VI. Apresentar no momento da habilitação e até 03 (três) dias antes da data de realização do evento o Alvará do Corpo de Bombeiros, Alvará de funcionamento e regularidade junto à Vigilância Sanitária, atualizados;
- VII. Assumir a responsabilidade pela contratação de brigadistas e ambulância de acordo com a Portaria nº 573-R, de 30 de agosto de 2021 e Norma Técnica 10/2010 aprovada pela Portaria nº 200-R, de 20 de abril de 2010.
- VIII. Atender de prontidão, por meio de seu representante indicado, a SECTI para reunião prévia, a fim de receber as orientações necessárias para o evento;
- IX. Responsabilizar-se pela limpeza dos espaços antes, durante e após a cerimônia.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para realização dos eventos, não haverá necessidade de haver outras contratações a serem realizadas juntamente com o objeto principal, para sua completa prestação, pois todos os itens necessários para a realização das formaturas serão de responsabilidade da contratada.

A decoração do espaço onde ocorrerá as solenidades de formatura será de responsabilidade da SECTI, por meio de seus servidores já contratados e com materiais anteriormente adquiridos.

12. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

Os impactos ambientais são a utilização de copos descartáveis no fornecimento de água e café, como o aumento de lixo, considerando o número de pessoas envolvidas no evento. Caberá à contratada dar a destinação correta a esse material produzido.

Realizando a contratação de 03 (três) formaturas e 1 (uma) aula inaugural de forma única, a SECTI também contribuirá com o princípio da economicidade.

13. Posicionamento Conclusivo

Compreende-se que, após os elementos aqui já elencados, esta contratação do ponto de vista socioeconômico e ambiental, apresenta razoabilidade e é necessária para a administração pública para a realização das solenidades da aula inaugural e das formaturas dos cursos presenciais da Região Metropolitana do Programa Qualificar ES.

Vitória, 28 de janeiro de 2026.

Laryssa Quintanilha Ferreira França
Assessor adjunto – GEP/SECTI

Carla Geovana Fonseca da Silva de Castro
Coordenadora de Projetos – GEP/SECTI

De acordo:

Solange Maria Batista de Souza
Subsecretária de Educação Profissional/SUBEP/SECTI

ANEXO III

ANÁLISE E MAPEAMENTO DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO

(inc. X do art. 18 e inc. I do art. 72 da Lei 14.133/2021, §7º do art. 17 do Decreto 5352-R/2023)

RISCO 1			
Descrição: Incompatibilidade entre a agenda do Governador e a do local onde será realizada as solenidades de formatura.			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Pouco	<input checked="" type="checkbox"/> Provável	<input type="checkbox"/> Muito
Impacto:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto
Fase Impactada:	<input type="checkbox"/> Fase Interna	<input checked="" type="checkbox"/> Fase Externa	<input type="checkbox"/> Gestão do Contrato
Id	Dano		
1.	Necessidade de mudança na agenda do Governador ou ser designado um representante por ele para estar nas cerimônias		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1.	Confirmar a agenda do Governador e reunir com o representante do local contratado	GEP	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1.	Solicitar alteração na agenda do Governador. Caso não seja possível, solicitar o nome do representante.	GEP	

RISCO 2		
Descrição: (Identificar o risco que pode ocorrer).		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Pouco	<input type="checkbox"/> Provável <input type="checkbox"/> Muito
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto
Fase Impactada:	<input type="checkbox"/> Fase Interna	<input type="checkbox"/> Fase Externa <input type="checkbox"/> Gestão do Contrato
Id	Dano	
1.	(Descreve os danos que a ocorrência do risco identificado causará).	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	(Descrever as ações que deverão ser tomadas para evitar/minimizar a ocorrência do risco identificado)	
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	(Descrever as ações que deverão ser tomadas após a ocorrência do risco identificado).	

ANEXO VI

MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS DO CONTRATO

(arts. 22, 45 e 103 da Lei 14.133/2021, arts. 19 a 22 do Decreto 5352-R/2023)

RISCO 1		
Número de pessoas presentes for maior do que o planejado.		
Probabilidade:	(X) Pouco	() Provável () Muito
Impacto:	(X) Baixo	() Médio () Alto
Id	Materialização	
1.	Pessoas ficará de pé durante a cerimônia	
Id	Ação de mitigação	Alocação
1.	Servidores estarão acompanhando a entrada e saída das pessoas, identificando lugares vazios.	No local da solenidade

ANEXO II - REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1 - **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.2 - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.3 - **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.4 - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.5 - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

1.6 - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.7 - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.8 - **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

1.9 - **Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

2 - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.2.1 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.2.2 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

2.3 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

2.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado);

2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante;

2.6 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante certidão expedida pela Caixa Econômica Federal;

2.7 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

2.8 - Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

2.9 - Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

2.9.1 - A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição.

2.9.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

2.9.3 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período.

2.9.4 - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, ou trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.

2.9.5 - Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal ou trabalhista.

2.9.6 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão.

2.9.7 - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

3 - HABILITAÇÃO TÉCNICA

3.1 - Registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região da sede da empresa (art. 67, V, da Lei 14.133/2021).

3.2 - Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente.

3.2.1 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

(a) Serviço especializado de **reforma e manutenção predial** para instalação de piso cerâmico e/ou exaustores axiais e/ou aparelho de ares-condicionados.

(b) Deverá haver a comprovação da **experiência mínima de 2 (dois) anos** na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

(c) Comprovação de que o licitante tenha no mínimo **01 (um) profissional com formação em Engenharia Civil e/ou Arquitetura**, legalmente habilitado e devidamente registrado no seu respectivo Conselho de Classe pertencente ao quadro permanente da empresa.

3.3 - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

3.4 - Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

3.5 - Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, observar-se-á o disposto no art. 67, §§ 10 e 11, da Lei 14.133/2021.

3.6 - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

3.7 - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

3.7.1 - A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4 - HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1 - **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples ou de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação;

4.2 - **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, para as demais pessoas jurídicas;

4.3 - Caso a licitante se encontre em processo de **recuperação judicial ou extrajudicial**, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar da licitação, além de cumprir todos os demais requisitos de habilitação exigidos por este Edital.

4.4 - Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

4.4.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um):

$$ILG = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC) + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (RLP)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ISG = \frac{ATIVO TOTAL (AT)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ILC = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC)}$$

4.4.2 - Quando qualquer dos índices for igual ou inferior a 1 (um), poderá o licitante atender ao requisito de habilitação demonstrando patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

4.5 - Os documentos referidos acima (BP e DRE) serão os já exigíveis na forma da lei, com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED ou, se a empresa não estiver obrigada ao SPED, observando a data de exigibilidade do art. 1.078, I, do Código Civil.

4.6 - **Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil**, apresentada pelo licitante, demonstrando o atendimento dos índices e coeficientes para cada exercício a que se referem as demonstrações contábeis, bem como demonstrando o patrimônio líquido mínimo exigido no último exercício.

4.7 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

4.8 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

4.9 - No caso de consórcio, se admitida a sua participação no edital, deverá haver a demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos índices contábeis definidos neste Edital.

5 - DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

5.1 - Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006 e reproduzidos neste Edital, deverão apresentar ainda os seguintes documentos.

5.2 - Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:

5.2.1 - Comprovante de opção pelo Simples obtido no site do Ministério da Fazenda, (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=21>) ou no site do SINTEGRA (<http://www.sintegra.gov.br>), desde que o comprovante de fato ateste a opção pelo Simples.

5.2.2 - Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC 123/2006 (conforme modelo constante no Anexo II.C do Edital).

5.3 - Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

5.3.1 - Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Art. 3º da LC 123/06.

5.3.2 - Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da LC 123/06 (conforme modelo constante no Anexo II.C do Edital).

5.4 - Os documentos aos quais se refere este item deverão ser apresentados **juntamente com os documentos de habilitação**, ainda que as microempresas, e pequenas

empresas ou equiparadas não optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação possuam habilitação parcial no CRC/ES.



A/C: CARLA GEOVANA

Assunto: Orçamento p/ Qualificar- ES - Governo do Estado

Data solicitada: a definir, em dia útil. **Duração** 15H AS 21H

Montagem: 1 dia antes do evento **Desmontagem:** término do evento

Público: 2000 PESSOAS

DADOS do emissor da NF:

Razão Social: D7 BUSINESS LTDA

CNPJ: 44.301.818/0001-10

END: Avenida do Canal, Ed. CESPC OFFICE SALA 1012, 245, Praia da Costa, Vila Velha- ES.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade por cerimônia	Quantidade total	Valor Unitario	Valor Total
1	Locação de espaço principal e anexo	Serviço	1	4	R\$ 65.500,00	R\$ 262.000,00
2	Fornecimento de água mineral	Galão 20 litros	40 galões	160	R\$ 35,00	R\$ 5.600,00
3	Fornecimento de café coado	Garrafa de 1L	10	40	R\$ 60,00	R\$ 2.400,00
4	Locação de kit sonorização/iluminação	Diária	1	4	R\$ 16.000,00	R\$ 64.000,00
5	Locação de sistema de painel de LED	Diária	4	4	R\$ 13.400,00	R\$ 53.600,00
6	Locação de estrutura de alumínio Q30	Diária	1	4	R\$ 3.000,00	R\$ 12.000,00
7	Ambulância com socorristas	Diária	1	4	R\$ 1.800,00	R\$ 7.200,00
8	Brigadistas (Portaria nº 573-R/201 e Norma Técnica 10/200)	Diária	4	16	R\$ 400,00	R\$ 6.400,00
9	Grupo gerador 180kVA standby Palco de Energia	Diária	1	4	R\$ 3.600,00	R\$ 14.400,00
10	Grupo gerador 350kVA standby Ar Condicionado	Diária	1	4	R\$ 3.600,00	R\$ 14.400,00
TOTAL						R\$ 442.000,00

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Sildson Spalenza



Vitória/ES, 26 de janeiro de 2026

Laryssa Quintanilha Ferreira França

Assessora Adjunta - GEP

Governo do Estado do Espírito Santo

Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educ. Profissional – SECTI

+55 27 3636-1800

Prezados(as) Senhores(as),

A empresa **CENTRO DE EVENTOS VITORIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (EPP)**, inscrita no CNPJ sob o nº 39.630.314/0001-03, neste ato representada por **RAFAEL AGUIAR FERRARI**, sócio administrador, apresenta sua **PROPOSTA COMERCIAL**, para a realização das 04 (quatro) solenidades de formatura do Programa Qualificar ES em 2026, de acordo com os itens abaixo.

1) DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

Item	Especificação	Unid	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	<p>Possíveis datas das cerimônias de formatura:</p> <p>Aula Inaugural: 11/03/2026 Formatura 1: 20/05/2026 Formatura 2: 16/09/2026 Formatura 3: 16/12/2026</p> <p>A definição da agenda ocorrerá com prazo máximo de até 15 dias corridos das datas previstas para cada cerimônia, em reunião realizada entre contratante e contratada.</p> <p>Local: Vitória/ES</p> <p>Horário: 17h30 às 20h30</p> <p>Duração do evento: 03 horas</p> <p>Quantidade estimada de pessoas: 2.000 (duas mil) pessoas com anexo para entrega de kits para 1.000 (mil) pessoas, em cada cerimônia.</p>	Evento / formatura	04	R\$ 106.250,00	R\$ 425.000,00



CENTRO DE EVENTOS VITÓRIA

	Outras informações:	Obrigação de ter 04 (quatro) brigadi atendimento à Portaria nº 573-R, de 10/2010 aprovada pela Portaria nº 2				
VALOR TOTAL R\$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais)						RS 425.000,00

2) DETALHAMENTO:

a) Do espaço com área para agenda:

O espaço deverá estar localizado na cidade de Vitória, para facilitar a locomoção e os deslocamentos dos participantes da agenda, em função da localização central estratégica, tendo em vista que os cursos foram ofertados nos municípios de Serra, Vitória, Vila Velha, Cariacica e Viana.

O espaço onde ocorrerá o evento deverá ser em área coberta, comportando confortavelmente 2.000 (dois mil) participantes sentados.

Deverá possuir outras dependências como salão de apoio, devidamente climatizado, para guarda e distribuição dos kits para 1.000 (um mil) pessoas.

Deverá ter uma área externa como hall de acesso com mais de 300m², sendo necessário para a acessibilidade e que possa dar vazão ao número de pessoas antes, durante e após o evento.

O espaço deverá possuir infraestrutura como cadeiras, púlpito, panóplia e palco.

O palco deverá ter espaço para apresentações culturais de até 30 (trinta) pessoas e ter a capacidade para até 150 (cento e cinquenta) pessoas estarem juntas presencialmente neste palco.

O Salão deverá possuir, em todas as suas dependências, sistema de climatização do ambiente – aparelhos de ar condicionado – em perfeito funcionamento e que **deverão estar ligados desde às 8h, quando inicia o momento da montagem de equipamentos, decoração do local e outras providências anteriores à realização do evento.**

Fornecimento de café para os servidores que estarão trabalhando na solenidade e água mineral, natural e gelada, para todos os participantes da agenda.

A limpeza do local deverá ser feita pela Contratada antes, durante e após o evento.

A contratada deverá disponibilizar 20 mesas com as seguintes medidas aproximadas: 2,70m comprimento x 0,27m largura x 0,74m altura x 0,90m profundidade, que serão utilizadas no salão anexo para entrega dos kits e no espaço destinado a fotografias dos formandos.

Após a realização das cerimônias de formatura, a contratante deverá retirar somente os itens de decoração que serão reaproveitados. A retirada dos demais itens será de responsabilidade da Contratada.

O espaço com área para a Agenda Institucional deve possuir acessibilidade às pessoas com necessidades especiais com rampas, inclusive com banheiros acessíveis, garantindo a participação de todos integralmente.

Dentro do espaço e nos arredores, deve-se ter brigadistas e ambulância com funcionários treinados para primeiros socorros à disposição no local em atendimento à Portaria nº 573-R, de 30 de agosto de 2021 e à Norma Técnica nº 10/2010 aprovada pela Portaria nº 200-R, de 20 de abril de 2010.

b) Da locação de kit sonorização para público até 2.000 pessoas:

Sistema de sonorização composto por no mínimo: P.A LINE ARRAY 2x10 + drive com capacidade para atendimento até 2.000 pessoas composto de 04 caixas por lado LINE ARRAY e 02 sub por lado 2x18; 04 caixas modelo BASE L1



ou similar para funcionamento como delay; 01 console digital 32 canais; 04 monitores de áudio modelo CLAIRBROTHER; 01 amplificador de baixo GK800; 05 microfones SM58; 05 microfones sem fio SHURE ou SENNHEISER; 04 microfones SHOTGUN SENNHEISER Mke-600; 05 pedestais de microfones; 02 processadores de áudio Dolby ou DBX; 01 notebook; 01 sistema MAINPOWER para regulação de energia; cabeamento necessário para ligação e funcionamento de todo o sistema; 01 técnico de áudio e 01 ROADE ALL.

- I) A Contratada deverá estar preparada para executar o hino nacional e música ambiente;
- II) A Contratada deverá disponibilizar profissionais capacitados para operar e manusear todo o sistema de sonorização;
- III) O sistema de sonorização deverá estar preparado para integrar-se aos demais sistemas contidos neste Estudo Técnico Preliminar, conforme a necessidade do Evento;
- IV) É de responsabilidade da contratada fornecer juntamente com este item, todos os cabos, pilhas, acessórios necessários para o perfeito funcionamento do equipamento em conjunto com o sistema de sonorização.

c) Da locação de kit iluminação de palco:

O kit de iluminação deverá ser compatível para iluminação de fundo de palco em painel de LED, de modo a não prejudicar as imagens fotográficas. Para isso, o kit deve conter:

Duas torres em Q25 com acabamento em tecido com 02 (dois) MINIBRUTE LED para luz de frente para o público. Três varas Q30 de 12 metros (distribuída para que possa compor a iluminação do palco para luz cênica, principalmente frontal), tendo 5 refletores par led de 5.600k em cada vara. 12 refletores (do tipo holofote retangular, coby) de 100w de 6.500k que atenda necessidades (de fixação) internas e externas de iluminação. 08 refletores MOVIE LIGHT BEAM (WASH) com lâmpada 7R, suporte, cabeamento e mesa controladora DMX 512 – PILOT 2000. Será admitida soluções similares para iluminação de palco que atenda as características deste objeto devendo ser aprovado previamente pela SECTI.

- I. É de responsabilidade da Contratada fornecer juntamente com este item todos os cabos, pilhas e acessórios necessários para o perfeito funcionamento do equipamento em conjunto com o sistema de iluminação;
- II. A Contratada deverá disponibilizar profissionais capacitados para operar e manusear todo o sistema de iluminação;
- III. O sistema de iluminação deverá estar preparado para integrar-se aos demais sistemas contidos neste Termo de Referência, conforme a necessidade do Evento.

d) Da locação de sistema de painel de LED e transmissões de vídeo:

Sistema de painel de LED composto por: 02 painel de LED PH4 com medidas de 6x3 metros (localizados nas laterais do palco) e 02 painéis de LED PH4 com medidas de 4x3 metros (localizada nas laterais do espaço) capazes de intercalar sinal de 04 câmeras de vídeo que tenham 3 CMOS, preferencialmente Panasonic, mínimo Full HD de iguais especificações técnica; sendo pelo menos uma móvel, com steadicam, e todas operadas por profissionais de experiência comprovada em transmissão de eventos, 01 monitor retorno de vídeo de 50 polegadas; 02 processadores de vídeo; cabeamento necessário para ligação e funcionamento de todo o sistema; 02 sistemas MAINPOWER para regulação de energia; 01 técnico de iluminação; 01 ROADE ALL.

O mesmo conteúdo que for transmitido para os telões será transmitido via Internet. Para isso, a Contratada deverá ter equipamentos e profissionais capacitados para essa transmissão para todas as redes sociais do Programa Qualificar ES. As especificidades mínimas de Internet são: conexão estável com, pelo menos, banda larga mínima uma taxa download: 100 Mb de upload e 50 Mb para transmissão em Full HD.

- I. A Contratada deverá disponibilizar profissionais capacitados para operar e manusear todo o sistema de iluminação e de vídeo e de transmissão para a Internet;
- II. É de responsabilidade da Contratada fornecer juntamente com este item todos os cabos, pilhas, acessórios necessários para o perfeito funcionamento do equipamento em conjunto com o sistema de sonorização;
- III. O sistema de painel LED deverá estar preparado para integra-se aos sistemas contidos neste Termo de Referência,



conforme a necessidade do Evento.

e) Da locação de estrutura de alumínio Q30:

Deverá ter 150m linear de estrutura de alumínio Q30 para formatação de projeto de fixação de banners, painel de led iluminação cênica; 04 toalhas de elevação; 08 cintas de elevação; 04 profissionais habilitados para montagem de estruturas e trabalho em altura.

I. A Contratada deverá disponibilizar profissionais capacitados para montagem de estruturas e trabalho em altura com utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de acordo com as normas regulamentadoras;

II. Junto com a estrutura de alumínio, deverá ser fornecida uma panóplia com 03 (três) bandeiras: a Bandeira do Brasil, a do Estado do Espírito Santo e a do Município de Vitória, onde ocorrerá o evento.

f) Da utilização de energia elétrica:

A empresa identificará os pontos de energia a serem utilizados no evento.

Caso não sejam disponíveis ou suficientes, a contratada deverá disponibilizar gerador de energia compatível ao funcionamento dos equipamentos a serem utilizados;

A empresa contratada disponibilizará sistema para coleta de energia elétrica, formado por cabos (blindados), chaves de segurança, fusíveis e conectores, entre outros equipamentos e materiais necessários;

O sistema deverá ter capacidade para alimentar os equipamentos com total segurança, sem risco de acidentes;

A ligação será de responsabilidade da empresa vencedora da licitação.

g) Da desmontagem do equipamento

O serviço será considerado executado após a desmontagem dos equipamentos, que deverá ser feita pela contratada. Qualquer prejuízo causado em decorrência da desmontagem dos equipamentos será de responsabilidade da contratada;

Os custos inerentes à desmontagem e montagem da estrutura ocorrerão exclusivamente por parte da contratada.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade por cerimônia	Quantidade total
01	Locação de espaço principal e anexo	Serviço	01	04
02	Fornecimento de água mineral	Galão 20 litros	40 galões	160 galões
03	Fornecimento de café coado	Garrafa de 1L	10	40
04	Locação de kit sonorização/iluminação	Diária	01	04
05	Locação de sistema de painel de LED	Diária	05	20
06	Locação de estrutura de alumínio Q30	Diária	01	04
07	Ambulância com socorristas	Diária	01	04
08	Brigadistas (Portaria nº 573-R/201 e Norma Técnica 10/200)	Diária	04	16
09	Grupo gerador 180kVA standby Palco de Energia	Diária	01	04
10	Grupo gerador 350kVA standby Ar Condicionado	Diária	01	04



3) OBSERVAÇÕES:

3.1 - Declaramos que, nos valores apresentados acima, estão incluídos todos os custos e despesas, tais como impostos, pagamentos de funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, materiais, insumos, emolumentos, seguros, taxas, fretes, deslocamentos de pessoal e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo direto ou indireto, sem qualquer encargo financeiro e/ou quaisquer ônus adicionais para o CONTRATANTE.

3.2 – Declaramos também que a empresa atende a todos os requisitos do edital no que diz respeito a todos os itens e serviços nele contido.

4) VALIDADE DA PROPOSTA:

60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite para o acolhimento desta.

5) DADOS BANCÁRIOS:

Razão Social: CENTRO DE EVENTOS VITORIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.
Conta Corrente: Banco Santander Agência: 3345 C/C: 13000696-0
C.N.P.J.: 39.630.314/0001-03 Inscrição Estadual: 082.171.79.3
Endereço: Rua Padre Anchieta s/nº - Iriri – Anchieta / ES – CEP 29230-000

6) DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL:

RAFAEL AGUIAR FERRARI – SÓCIO-ADMINISTRADOR
BRASILEIRO – EMPRESÁRIO – CASADO
CPF: 073.559.367-19
C. I.: 1.550.360 – SSP/ES

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente:

RAFAEL
AGUIAR
FERRARI:0735
5936719
Rafael Aguiar Ferrari
Sócio Administrador

Assinado de forma digital por RAFAEL AGUIAR
FERRARI:07355936719
Dados: 2026.01.26 17:36:23 -03'00'

ANEXO II – REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.5 - **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

5.6 - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

5.7 - **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

5.8 - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.9 - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

5.10 - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.11 - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

5.12 - **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

5.13 - **Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

6 - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

6.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

6.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.2.1 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.2.2 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.3 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

6.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado);

6.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante;

6.6 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante certidão expedida pela Caixa Econômica Federal;

6.7 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

6.8 - Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

6.9 - Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

6.9.1 - A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição.

6.9.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.9.3 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período.

6.9.4 - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, ou trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.

6.9.5 - Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal ou trabalhista.

6.9.6 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão.

6.9.7 - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

7 - HABILITAÇÃO TÉCNICA

7.1 - Registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região da sede da empresa (art. 67, V, da Lei 14.133/2021).

7.2 - Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente.

7.2.1 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

(a) Serviço especializado de **reforma e manutenção predial** para instalação de piso cerâmico e/ou exaustores axiais e/ou aparelho de ares-condicionados.

(b) Deverá haver a comprovação da **experiência mínima de 2 (dois) anos** na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

(c) Comprovação de que o licitante tenha no mínimo **01 (um) profissional com formação em Engenharia Civil e/ou Arquitetura**, legalmente habilitado e devidamente registrado no seu respectivo Conselho de Classe pertencente ao quadro permanente da empresa.

7.3 - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

7.4 - Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

7.5 - Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, observar-se-á o disposto no art. 67, §§ 10 e 11, da Lei 14.133/2021.

7.6 - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

7.7 - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

7.7.1 - A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8 - HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.1 - **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples ou de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação;

8.2 - **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, para as demais pessoas jurídicas;

8.3 - Caso a licitante se encontre em processo de **recuperação judicial ou extrajudicial**, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar da licitação, além de cumprir todos os demais requisitos de habilitação exigidos por este Edital.

8.4 - Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.4.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um):

$$ILG = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC) + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (RLP)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ISG = \frac{ATIVO TOTAL (AT)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ILC = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC)}$$

8.4.2 - Quando qualquer dos índices for igual ou inferior a 1 (um), poderá o licitante atender ao requisito de habilitação demonstrando patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.5 - Os documentos referidos acima (BP e DRE) serão os já exigíveis na forma da lei, com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED ou, se a empresa não estiver obrigada ao SPED, observando a data de exigibilidade do art. 1.078, I, do Código Civil.

8.6 - **Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil**, apresentada pelo licitante, demonstrando o atendimento dos índices e coeficientes para cada exercício a que se referem as demonstrações contábeis, bem como demonstrando o patrimônio líquido mínimo exigido no último exercício.

8.7 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.8 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.9 - No caso de consórcio, se admitida a sua participação no edital, deverá haver a demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos índices contábeis definidos neste Edital.

5 - DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

9.1 - Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006 e reproduzidos neste Edital, deverão apresentar ainda os seguintes documentos.

9.2 - Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:

9.2.1 - Comprovante de opção pelo Simples obtido no site do Ministério da Fazenda, (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=21>) ou no site do SINTEGRA (<http://www.sintegra.gov.br>), desde que o comprovante de fato ateste a opção pelo Simples.

9.2.2 - Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC 123/2006 (conforme modelo constante no Anexo II.C do Edital).

9.3 - Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

9.3.1 - Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Art. 3º da LC 123/06.

9.3.2 - Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum

dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da LC 123/06 (conforme modelo constante no Anexo II.C do Edital).

9.4 - Os documentos aos quais se refere este item deverão ser apresentados **juntamente com os documentos de habilitação**, ainda que as microempresas, e pequenas empresas ou equiparadas não optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação possuam habilitação parcial no CRC/ES.

ANEXO III – MODELOS DO EDITAL

ANEXO III.A - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

___ de _____ de ____.

PREGÃO Nº ___/_____

Empresa: (Nome da Empresa)

À (Nome do Órgão)

Prezados Senhores,

1 - Compõem nossa Proposta os seguintes anexos:

1.1 - Proposta Comercial Detalhada, com a indicação do preço unitário de cada item e do preço global.

1.2 - Documentos exigidos para Habilitação.

1.3 - Dados Complementares para Assinatura do Contrato.

2 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3 - Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças, além de compreender a integralidade dos custos de direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, normas infralegais, nas convenções coletivas e nos termos de ajuste de conduta vigentes, de modo a se constituírem à única e total contraprestação pelo fornecimento dos itens.

4 - Indicamos a seguinte modalidade de garantia do contrato, conforme art. 96 da Lei nº 14.133/2021: _____

Atenciosamente,

(Nome do representante e assinatura)

**DECLARAÇÃO PARA FINS DE ATENDIMENTO AO §4º DO ARTIGO 3º DA LC
123/06**

Declaramos, para os fins do disposto no §4º do Artigo 3º da LC 123/06, que não possuímos nenhum dos impedimentos citados.

Cidade, ____ de _____ de _____.

Identificação e Assinatura

ANEXO “IV” – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____/_____
Pregão nº ____/_____
Processo nº 2025-R9FJR
ID CidadES nº _____

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM
O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR
INTERMÉDIO DO (NOME DO ÓRGÃO) E A
EMPRESA _____
PARA A AQUISIÇÃO DE (ou PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO DE) _____

, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para, conforme processo E-Docs nº 2025-R9FJR, nos termos da Lei 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 5.352-R/2023, do Decreto Estadual 5.545-R/2023, do, e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional, doravante denominado SECTI, com sede na Av. Fernando Ferrari, 1080 – Mata da Praia – Vitória – ES, CEP: 29.066-380, adiante denominada CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº 06.656.711/0001-03, representada legalmente pelo seu Secretário, Bruno Lamas Silva, nomeado(a) pelo Decreto nº 042-S, de 08 de janeiro de 2025, publicada no DIO de 09 de janeiro de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 4056515, doravante denominada CONTRATADA, com sede (**endereço completo**), inscrita no CNPJ sob o nº _____ (preencher) neste ato representado(a) por (**nome e função no contratado**), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, ajustam o presente CONTRATO de Locação de espaço com infraestrutura de iluminação e sonorização para a realização da aula inaugural anual, e de 3 (três) formaturas das 1ª, 2ª e 3ª ofertas do Programa Qualificar ES, na Região Metropolitana em 2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 5.545-R/2023, de acordo com os termos do processo acima mencionado, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, juntamente com a Proposta apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá pelas Cláusulas Seguintes.

10 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

10.1 - O objeto do presente instrumento é a contratação de Locação de espaço com infraestrutura de iluminação e sonorização para a realização da aula inaugural anual, e de 3 (três) formaturas das 1ª, 2ª e 3ª ofertas do Programa Qualificar ES, na Região Metropolitana em 2026, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

10.2 - Integram este Contrato, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- (a) o Edital e todos os seus Anexos;
- (b) a Proposta Comercial da Contratada.

11 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

11.1 - O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

11.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos (impostos etc.), encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

11.3 - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

11.4 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, cujo termo inicial será _mês_/_ano___ (preencher).

11.5 - Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$$VR = \frac{V(I-I^0)}{I^0} \quad \text{onde:}$$

VR = Valor do reajuste;

V = Valor atual do contrato ou da parcela a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente ao mês-base;

I = Índice relativo ao mês de reajuste.

11.6 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.7 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.8 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.9 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, será adotado o novo índice definido para a Administração Estadual na contratação de serviços semelhantes.

11.10 - O reajuste de preços será formalizado por apostilamento.

11.11 - Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei 14.133/2021.

11.12 - O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

11.13 - O reequilíbrio econômico e financeiro, em qualquer de suas espécies, observará, conforme a natureza do objeto contratual, as regras previstas nos arts. 45 a 53 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023 e na Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto à renúncia irrevogável por ausência de requerimento formal durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação (art. 46 do Decreto).

12 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13 - CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

13.1 - O prazo de vigência da contratação é de _____ (preencher) e terá início no dia posterior ao da publicação do respectivo instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PCNP, sendo finalizado com a entrega, recebimento e pagamento, na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021.

13.2 - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado.

13.2.1 - A prorrogação automática deve ser registrada por apostilamento e instruída com a exposição das justificativas e o novo cronograma de execução e desembolso.

13.3 - O prazo de vigência da contratação é de _____ (preencher - máximo de 5 anos) e terá início no dia posterior ao da publicação do respectivo instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PCNP, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

13.4 - A gestão do contrato, inclusive quanto à prorrogação, deve observar o que disposto no art. 22 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023 e em orientações complementares da Administração Estadual.

13.5 - Não obstante o prazo estipulado nesta Cláusula, aplica-se a este Contrato as hipóteses de extinção previstas no art. 106, III, da Lei 14.133/2021, mediante justificativa

da medida excepcional e prévia oitiva da Procuradoria-Geral do Estado, constituindo condições resolutivas do contrato:

13.5.1 - a inexistência ou insuficiência de dotações orçamentárias nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

13.5.2 - a ausência de vantagem para a Administração na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

13.6 - Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas acima, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

14 - CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

14.2 - A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: _____ (preencher);
Fonte de Recursos: _____ (preencher);
Programa de Trabalho: _____ (preencher);
Elemento de Despesa: _____ (preencher);
Plano Interno: _____ (preencher).

14.3 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15 - CLÁUSULA SEXTA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU

15.2 - A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual no valor de R\$ _____ (preencher), na modalidade de _____ (preencher), correspondente a ___% (____ por cento) do valor do contrato.

15.3 - O prazo de garantia de execução contratual e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

15.4 - Ocorrendo prorrogação de prazo ou aumento no valor contratual decorrente de acréscimos ou do reequilíbrio econômico-financeiro, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá a CONTRATADA proceder a renovação e/ou ao reforço da garantia inicial, proporcionalmente ao aumento de valor.

15.5 - A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias, inclusive nos casos de Termo Aditivo.

15.5.1 - A inobservância do prazo fixado para apresentação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), o qual poderá ser glosado de pagamentos devidos.

15.5.2 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

15.5.3 - A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base nesta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas em lei, sem prejuízo da manutenção da multa aplicada.

15.6 - Quando se tratar de consórcio, será permitido que seja apresentada a garantia integralmente pela empresa líder ou por qualquer das empresas consorciadas, ou, ainda, por cada uma das empresas consorciadas com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

16 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA ENTREGA E RECEBIMENTO

16.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

17 - CLÁUSULA OITAVA: DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

17.1 - Compete à Contratada:

17.1.1 - 8.1.1 - Cumprir todas as obrigações, as condições e os prazos relativos a entrega do(s) produto(s) adquirido(s) e/ou da execução do(s) serviço(s) contratado(s), conforme definido no Termo de Referência;

17.1.2 - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

17.1.3 - manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XVI do art. 92 da Lei Federal 14.133/2021;

17.1.4 - garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia e/ou vigência, conforme definido no Termo de Referência.

17.1.5 - Visando ao regular cumprimento do contrato firmado com a Administração Pública, a CONTRATADA, nos termos do Decreto nº 4.251-R, de 21 de maio de 2018, se obriga a efetivar a contratação de mão-de-obra necessária à execução da obra ou serviço advinda do sistema penitenciário estadual, no percentual de 6% (seis por cento) da mão-de-obra total para a execução do objeto contratual, nos termos da Lei complementar nº 879/2017.

17.2 - Compete à Contratante:

17.2.1 - efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

17.2.2 - definir o local para entrega dos produtos adquiridos e/ou da execução dos serviços contratados, conforme definido no Termo de Referência;

17.2.3 - designar servidor(es) responsável(eis) pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos e/ou da execução do(s) serviço(s) contratado(s), conforme definido no Termo de Referência;

17.2.4 - Emitir decisão sobre eventuais solicitações ou reclamações relacionadas à execução dos contratos no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

17.2.5 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

17.2.6 - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

17.3 - Da Proteção de Dados Pessoais.

17.3.1 - Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

17.3.2 - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

17.3.3 - Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

17.3.3.1 - Notificar imediatamente a CONTRATANTE;

17.3.3.2 - Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

17.3.3.3 - Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

17.3.4 - As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

17.3.5 - As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

17.3.6 - A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

17.3.7 - Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.3.8 - A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

17.3.9 - As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

17.3.10 - **Transferência internacional.** É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

17.3.11 - **Responsabilidade.** A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

17.3.12 - Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

17.3.13 - A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela

CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

17.3.14 - A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

17.3.15 - Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

17.3.16 - **Eliminação.** Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

18 - CLÁUSULA NONA: DOS ADITAMENTOS

18.1 - O presente contrato poderá ser aditado, estritamente, nos termos previstos na Lei 14.133/2021, mediante manifestação formal da Procuradoria-Geral do Estado ou em conformidade com norma editada pela Procuradoria que dispense a análise jurídica.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o contratado que:

- (a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- (b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- (c) der causa à inexecução total do contrato;
- (d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- (e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- (f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- (g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- (h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

19.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

19.2.1 - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021);

19.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei 14.133/2021);

19.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei 14.133/2021);

19.2.4 - Multas (art. 156, II, e § 3º, da Lei 14.133/2021), observados os seguintes parâmetros:

19.2.4.1 - Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

19.2.4.2 - Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) incidente sobre o valor do contrato, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.1;

19.2.4.3 - Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor do contrato, para as infrações descritas nas alíneas “b” a “h” do subitem 10.1.

19.3 - O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção unilateral do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular, convertendo a multa moratória em multa compensatória (art. 162, parágrafo único, da Lei 14.133/2021).

19.4 - Em caso de reincidência, o valor total das multas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

19.5 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei 14.133/2021).

19.6 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

19.7 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021):

(a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

(b) as peculiaridades do caso concreto;

(c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

(d) os danos que dela provierem para o Contratante;

(e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.8 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021).

19.9 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

19.9.1 - Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a Administração deverá notificar o contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

19.9.2 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

19.9.3 - O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade de advertência será de 05 (cinco) dias úteis e de 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, e serão contados na forma do art. 183 da Lei 14.133/2021;

19.9.4 - O contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

19.9.5 - Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a Administração proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso, que deverá ser exercido nos termos da Lei 14.133/2021;

19.10 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei 14.133/2021).

19.11 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei 14.133/2021).

19.12 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei 14.133/2021).

19.13 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei 14.133/2021.

19.14 - Os débitos relativos a multas moratória e compensatória e as indenizações cabíveis poderão ser descontados dos valores devidos pela Administração ao contratado e, se insuficientes, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou ser objeto de cobrança judicial (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

19.14.1 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Estado do Espírito Santo.

19.15 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

20 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL, SOCIAL OU TRABALHISTA

20.1 - Constatado que o Contratado não se encontra em situação de regularidade fiscal, social ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

20.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

20.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo Contratado, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

20.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

20.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o Contratante informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

21 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

21.1 - A rescisão do Contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 137 a 139 da Lei 14.133/2021.

22 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS

22.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do arts. 165 a 168 da Lei 14.133/2021.

23 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

23.1 - A execução do contrato será acompanhada pelo gestor e pelo fiscal designados pela autoridade competente do órgão ou entidade, os quais representarão a Administração e confirmarão o recebimento do objeto contratado, observadas as disposições deste contrato. Sem esse recebimento, não será permitido qualquer pagamento.

24 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

24.1 - Representará a Contratada na execução do ajuste, como preposto, (preencher no momento de assinatura do contrato, com nome completo, nacionalidade, profissão e estado civil do representante da empresa).

24.2 - O representante da CONTRATADA deverá realizar o cadastro no Sistema Corporativo de Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais - EDOCS do Governo do Estado do Espírito Santo para envio e recebimento de documentos oficiais.

25 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS CASOS OMISSOS

25.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

25.2 - Na ausência de prazo previamente estabelecido para o cumprimento de determinações emitidas pelo Contratante, será aplicado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de ciência formal da determinação pela Contratada. Esse prazo poderá ser prorrogado, a critério exclusivo do Contratante, mediante solicitação formal e devidamente justificada pela Contratada.

26 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO

26.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

26.2 - Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Local, __ de _____ de _____ (preencher).

Nome da Contratante
Representante (nome completo)
Documento de Identificação

Nome da Contratada
Representante (nome completo)
Documento de Identificação

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

FERNANDA GOMES DE AGUIAR
AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO
ASTEC - SECTI - GOVES
assinado em 27/02/2026 17:44:13 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 27/02/2026 17:44:13 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por FERNANDA GOMES DE AGUIAR (AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO - ASTEC - SECTI - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-PG9C3N>